



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA**

**NOS TEMPOS DOS GINÁSIOS:**  
**Livro didático e ensino de história na escola Picoense (1968-1975)**

**PICOS-PI**

**2013**

**HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA**

**NOS TEMPOS DOS GINÁSIOS:**

**Livro didático e ensino de história na escola Picoense (1968-1972)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Eu, **Higo Carlos Meneses de Sousa**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 27 de setembro de 2013.

  
Assinatura

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725t** Sousa, Higo Carlos Meneses de.  
Nos tempos do ginásio: livro didático e ensino de história na escola picoense / Higo Carlos Meneses de Sousa. – 2013.  
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (79 p.)  
  
Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.  
Orientador(A): Prof.Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
  
1. Livro Didático. 2. Ensino de História. 3. Picos - Piauí.  
I. Título.

**CDD 907**

**HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA**

**NOS TEMPOS DOS GINÁSIOS:**

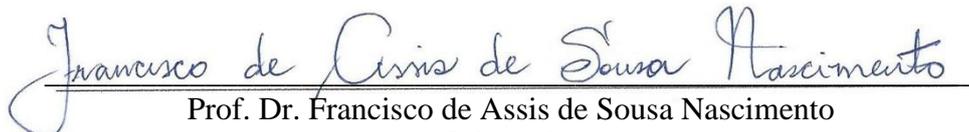
**Livro didático e ensino de história na escola picoense (1968-1975)**

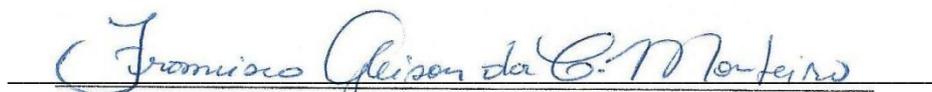
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

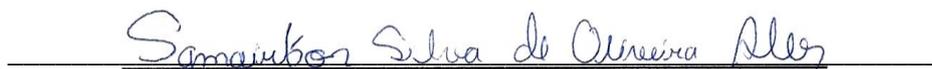
Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Aprovada em: 23 / 09 / 2013

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
Orientador

  
Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador Interno

  
Prof. Esp. Samairkon Silva de Oliveira Alves  
Examinador Externo

  
Prof. Esp. Íkaro de Fontes Góis.  
Suplente

Dedico à Tarcísio (*in memoriam*) e Helena, em  
gratidão ao que me tornei.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, palavra difícil, são muitas as pessoas que nos acompanham, a vida é repleta de momentos, uns que deixaram saudades, outros que nunca cicatrizaram, mas a vida é bela e deve ser vivida da melhor forma possível, agradeço em primeiro lugar a Deus, pois em meio aos momentos difíceis, me amparei na tua palavras e nos seus ensinamentos. Por ter me dado paciência e discernimento nos momentos que mais precisei. A meu mais que pai Tarcísio, que ao longo de dezoito anos de convivência me conduziu pelo caminho do bem, a minha mãe Helena mola mestre da minha vida, se não fosse seu carinho, suas lágrimas, seu conforto, sua paciência nos momentos em que minha mente estava cansada tudo teria sido mais difícil. Estendo ainda minha gratidão aos companheiros do Curso Titans Vestibulares, que sempre me apoiaram quando nos momentos de muita dor e dificuldade. Aos que já se foram, que apesar da saudade, quando em vida sempre me deram força para eu me torna-se uma pessoa de bem, não podendo esquecer-se de Elizabeth, Luan Abreu e Antuninha.

Agradeço ainda a professora Kênia Hilda Moreira, da Universidade Federal da Grande Dourados, A professora Vera Cabana Andrade do Colégio Pedro II, a professora Margarida Maria Dias de Oliveira da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao professor Kazumi Munakata da PUC-SP pelos conselhos e pelo envio de muitos materiais de grande valia para o desenvolvimento da pesquisa. Ao meu querido orientador Professor Doutor Francisco de Assis de Sousa Nascimento, pela paciência e confiança nesse trabalho que já vem sendo desenvolvido desde o início do curso, agradeço as contribuições dos queridos Professor Gleison Monteiro, Johny Santana e Alveni Barros Vieira, pois sem vocês esse projeto não seria possível.

Aos meus queridos colegas da Secretaria Municipal de Educação de Picos pela paciência e compreensão nos momentos que tive que me ausentar.

A Milena e Gileni por ter aberto as portas do arquivo morto da Unidade Escolar Marcos Parente e feito com que eu me sentisse em casa. Aos professores Maria Oneide Fialho Rocha e Inácio Baldoíno de Barros pelas calorosas conversas sobre livro didático e ensino de história. Enfim, meu muito obrigado a todos. Inclusive aqueles que posso ter esquecido nessa dedicatória.

Um país se faz com homens e livros.

(Monteiro Lobato)

## RESUMO

Este trabalho apresenta um olhar sobre o ensino de História e sua relação com o livro didático no contexto educacional inserido entre 1968 e 1975 no âmbito do Ginásio Estadual Marcos Parente, primeira escola de ensino secundário da cidade de Picos, resgatando debates como a função que o livro didático ocupa em sala de aula, a profissionalização dos professores de História do período. Nessa perspectiva parte-se de uma análise da cultura escolar produzida nesse período, como provas e apostilas. Além disso, contextualiza-se a situação do ensino secundário numa dimensão do macro para o micro, discutindo a legislação educacional do período.

**Palavras-chave:** Livro didático. Ensino secundário. Ensino de História.

## **ABSTRACT**

This paper presents a glimpse into the teaching of history and its relationship with the textbook in educational inserted between 1968 and 1975 under the State Gym Mark Parente, first school of secondary education in the city of Picos, rescuing debates as the function that textbook occupies in the classroom, the teacher professionalization of history of the period. This perspective is part of an analysis of school culture produced in this period, such as tests and handouts. Furthermore contextualizes the state of secondary education in a dimension of macro to micro, discussing the educational legislation of the period.

**Keywords:** Textbook. Secondary education. Teaching of History.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Folha de Rosto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 .....	30
<b>Figura 02:</b> Lei de Diretrizes e Bases de 1961.....	31
<b>Figura 03:</b> Livro Exame de admissão ao ginásio, década de 1960 .....	39
<b>Figura 04:</b> Fachada atual do antigo Ginásio Estadual Marcos Parente datada de 2003.....	40
<b>Figura 05:</b> Histórico Escolar datado de 1968 .....	43
<b>Figura 06:</b> Foto do livro do Borges Hermida (utilizado pela professora Oneide Rocha no seu primeiro ano de magistério) .....	44
<b>Figura 07:</b> Folha de rosto do Borges Hermida (utilizado pela professora Oneide Rocha no seu primeiro ano de magistério) .....	45
<b>Figura 08:</b> Programa de história da América, 1951 .....	46
<b>Figura 09:</b> História Universal, Haddock Lobo, 1968.....	48
<b>Figura 10:</b> Livro de metodologia do ensino de História utilizado por professores do ginásio estadual marcos parente.....	55
<b>Figura 11:</b> História do Brasil, Joaquim Silva, 1955 .....	59
<b>Figura 12:</b> História do Brasil, 1ª série ginásial, 1955, Joaquim Silva.....	60
<b>Figura 13:</b> Livro de História Geral de autoria de Joaquim Silva .....	63
<b>Figura 14:</b> Livro didático de Borges Hermida, 1969 .....	64
<b>Figura 15:</b> Os presidentes da república de 1945 a 1971 .....	68
<b>Figura 16:</b> Apostila de História s/d .....	69
<b>Figura 17:</b> Prova de História datada de 1970 .....	70
<b>Figura 18:</b> Os presidentes da república de 1945 a 1971.....	71

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 LIVRO DIDÁTICO: múltiplas faces, múltiplos enfoques</b> .....	17
1.1 Conceito ou conceitos? Afinal o que é livro didático.....	17
1.2 História do livro.....	22
1.3 Livro didático: objeto multifacetado .....	27
1.4 Mercadoria.....	28
1.5 Depositário de conteúdos .....	29
1.6 Suporte de métodos pedagógicos .....	32
1.7 Veículo portador de sistema de valores .....	33
1.8 Objeto de políticas públicas.....	33
<b>2 NO TEMPO DOS GINÁSIOS</b> .....	35
2.1 A Trajetória do ensino secundário no Brasil .....	35
2.2 O ensino secundário no Piauí .....	36
2.3 Ensino secundário em Picos .....	37
2.4 O ensino secundário e o ensino de história .....	41
2.5 Os livros didáticos de história e a doutrina de segurança nacional .....	47
2.6 Ser professor de História no Ginásio Estadual Picoense.....	52
<b>3 A CULTURA ESCOLAR</b> .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	73
<b>FONTES E REFERÊNCIAS</b> .....	75

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a historiografia renegou a importância do livro na pesquisa histórica, com a renovação historiográfica trazida pelos Annales, movimento historiográfico iniciado na França em 1929 pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, aumentou-se a possibilidade de objetos de pesquisa, tais objetos inseridos num contexto mais sociocultural em detrimento da história política e econômica.

A partir dos desdobramentos dos estudos históricos para novos objetos surge a História Cultural, Chartier (1990) convida os historiadores a se debruçarem sobre as representações dentro da cultura e do cotidiano populares. A pesquisa do livro objeto de estudo surge nessa conjuntura de surgimento de novas abordagens históricas e multiplicação dos campos históricos.

Nessa perspectiva, inevitavelmente as pesquisas se voltaram aos diferentes tipos e áreas de publicação, em especial o livro didático, que conforme Franco (1982, p. 4) trata-se de um “livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização”. Dessa forma, o livro didático é efêmero e portador de características peculiares como a questão do uso restrito dentro do ambiente escolar. Assim sendo, o livro didático figura como importante instrumento de pesquisa histórica, levando em conta sua dimensão dentro do universo escolar, considerado lugar de educar, saber e conhecer.

Roger Chartier (1990) afirma que a História cultural possui características próprias que concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social. A história cultural tem como objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída.

A História do livro, em especial do livro escolar é hoje um campo abrangente de pesquisa, por ser este objeto portador da memória tanto individual de estudantes e professores de determinada época, quanto coletivas, onde os pesquisadores procuram responder vários questionamentos. Nesse sentido Pollack (1992, p.204)

Memória é um elemento constituinte de nossa identidade, tanto individual quanto coletiva na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A partir dessa análise podemos ver que os pesquisadores se empenham em responder a algumas questões comuns. Os pesquisadores tentam estudar a metodologia empregada nos

saberes passados pelos livros didáticos. O processo de escolha e até mesmo alguns momentos de uso dos mesmos em sala de aula. Observamos uma grande preocupação com a memória que se constrói através da utilização de material didático em sala de aula. A questão da memória aparece como objeto de estudo no interior de vários temas, especialmente da História do Brasil, sob a ótica da História Cultural e História da Educação. Os pesquisadores têm utilizado as concepções dessa Nova História tanto para entender como para confrontar saberes passados pelo livro didático.

A memória segundo Halbwachs (1990) e Le Goff (2004) é um objeto da história, mas não totalmente submissa a ela, pois preenchem lacunas que somente a pesquisa documental não consegue preencher.

Nesse sentido a história oral é muito útil a pesquisa, pois segundo Meihy (1993, p.13) é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes a experiência pessoal de pessoas e de grupos.

Valendo-se desse método foram entrevistados, a professora Maria Oneide Fialho Rocha (professora de História de 1968 a 1972) e o professor Inácio Balduino de Barros (professor de História entre 1968 e 1972), a primeira, professora primária formada pela Escola Normal Oficial e o segundo possuía o Curso Científico (atual ensino médio) quando começaram a lecionar História, ambos, porém fizeram um curso de aperfeiçoamento na área de História chamado de CADES. (Curso de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário).

A memória dos usuários conta ainda qual tem sido o significado atribuído aos manuais por diferentes grupos sociais, ou quais possíveis papéis tem desempenhado na construção de identidades. Certos livros, como o *Compêndio do Borges Hermida*, publicado pela Companhia Editora Nacional ao longo de décadas a primeira edição data de 1945 e a última fez parte do catálogo da indicação em virtude do PNLD em 1995 e Joaquim Silva, têm sido recordados e citados nominalmente por gerações sucessivas. Isso significa, por exemplo, que inúmeros adultos hoje relacionam História ao autor de seus antigos manuais escolares.

O valor dado ao livro escolar é extraordinário, uma vez que são tidos como portadores de verdades absolutas pelos depoimentos e modeladores não só dos planos de aula desses professores, mas, do próprio currículo escolar, que muitas vezes não se seguia o currículo Nacional, isso se explica pelo fato de no ano letivo de 1968, marco de nossa pesquisa estarem sendo utilizados nas aulas de História do Ginásio Estadual Picoense, livros como os de autoria de Borges Hermida e do Joaquim Silva, edições da década de 50, uma vez que o currículo foi modificado conforme Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Nas últimas décadas os livros didáticos têm sido alvo de inúmeras críticas acadêmicas, tanto por suas tendências de modelarem currículos, métodos e ideologias, ao mesmo tempo uma mercadoria cada vez mais custosa.

O desenvolvimento historiográfico da História cultural possibilita hoje uma amplitude maior de conhecimento, o livro é um dos objetos de estudo, uma vez que mostra o corpus da história de uma disciplina, daí se desenvolve dentro da História da Educação a pesquisa sobre a História das disciplinas escolares, neste caso a disciplina História, abordando seus conteúdos explícitos e implícitos em dada época, além de nos colocar em contato com todo o aparelho pedagógico e burocrático do período, neste caso a Guerra fria e o Regime militar brasileiro.

A partir dessas pesquisas se insere o que se convencionou chamar de história do livro, pois este tem sido um tema recorrente nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, no Brasil o estudo é mais voltado para História do livro didático, uma vez que esse se torna objeto de suma importância para compreensão das práticas de ensino utilizadas pelos professores em determinado momento da nossa história da educação.

O livro didático deve ser entendido como “objeto cultural” (CHARTIER, 1990), possuindo uma variedade de faces, sendo este inserido em um contexto político, econômico e social, sendo produto de uma determinada época e não pode ser estudada fora de seu lugar social, neste caso a escola, sendo produto de uma cultura escolar estabelecida.

Para aperfeiçoar a pesquisa optou-se por uma única instituição para análise, a Unidade Escolar Marcos Parente, que é atual denominação do antigo Ginásio Municipal Picoense, fundado em 1949, foi escolhida esta escola por sua relevância social, tendo sido a primeira escola de ensino fundamental II da cidade de Picos e a única por vários anos.

Segundo Bezerra (2005, p. 86) “Até o ano de 1949, a cidade de Picos não possuía ginásio [atual ensino fundamental II] quem desejasse ampliar seus estudos ia para Teresina, Crato ou Floriano”.

Conforme Carvalho Lopes (2004, p. 3) “a expansão do ensino secundário no Piauí se deu entre as décadas de 1942 e 1971”, sendo que o Ginásio Picoense foi instalado em 1949, na época era governador do Estado do Piauí, José da Rocha Furtado e Celso Maria Eulálio, prefeito municipal.

Dessa forma foram analisados os livros de história que foram utilizados nesta escola entre os anos de 1968 e 1975, independentes do ano de publicação, identificando a organização do conteúdo, a ideologia e as concepções historiográficas adotadas por estes autores.

Como afirma Choppin (2004, p.552), “É por sua vez [o livro didático] um dispositivo fundamental da construção da forma escolar e na consolidação da cultura impressa. Falar sobre esses tema é sem dúvida se envolver em um tema polêmico”.

O interesse pelo tema foi despertado ainda no ensino médio, devido ao meu trabalho no mercado dos livros escolares iniciado em 2005 na editora Ática, onde tive oportunidade de conhecer o funcionamento do sistema de divulgação desse material nas redes pública e privada de ensino.

Além disso, pude conhecer autores de didáticos contemporâneos, como Cláudio Vicentino e Gilberto Cotrim, livreiros e divulgadores, a partir daí notei que o livro era muito mais complexo do que eu imaginava, sua feitura, organização do conteúdo obedecia a regras, inclusive regras estabelecidas pelo próprio estado.

Logo senti a necessidade de conhecer o mundo em que me envolvia e passei a comprar livros, procurar autores e livreiros para tirar-me dúvidas, mas o ápice foi na academia quando o Professor Dr. Francisco Nascimento me convidou para ministrar um minicurso em uma semana de História da Educação promovida pelo mestrado em Educação da UFPI, foi IV Seminário do Núcleo de Educação História e Memória, tamanha foi a responsabilidade que passei a imprimir teses, artigos, comprar livros e ampliei dessa forma meus horizontes,

Tive a oportunidade de ir ao congresso da ANPUH em Fortaleza – CE, onde conheci os pesquisadores mais renomados da área como o Kazumi Munakata (PUC-SP) e a Arllete Gasparello (PUC-SP), participei do simpósio sobre História do livro e do livro didático e tive a oportunidade de dialogar e trocar materiais e experiências com alguns autores de livros didáticos de história e outros pesquisadores da área, desde então estudo o assunto, tendo recebida imensa ajuda da professora Margarida Dias (UFRN), coordenadora nacional do PNLD de História com o envio de materiais e de outros docentes que pesquisam o assunto.

A realização desse trabalho justifica-se por ser uma área que merece uma maior investigação, inclusive no Piauí, onde as pesquisas sobre o assunto, principalmente em uma perspectiva histórica são mais do que escassos, sendo o livro didático de história um objeto cultural de longo alcance, objeto de uso coletivo e individual dentro do ensino básico, sendo preocupação inclusive do governo, tendo em vista as polêmicas envolvendo editoras, governo e os livros didáticos de história, contudo o meio que faz uso desse material na maioria das vezes o vê como um objeto simplório não tendo noção de sua natureza complexa, como o seu aspecto ideológico (BITTENCOURT, 1993, DAVIES, 1989, FRANCO, 1991, RESNIK 1993) sua materialidade (GATTI JR, 2004), seu aspecto mercadológico (CASSIANO, 2007,

MUNAKATA, 1997) e objeto de interferência estatal (FREITAG, 1989; FILGUEIRAS, 2011).

Tecnicamente falando este objeto tem dupla relevância, tanto acadêmica, uma vez que podemos partir dos estudos já feitos por historiadores especializados na história do livro e da leitura (CHARTIER, 1990; DARTON, 1990), quanto social para que os profissionais do ensino de história na educação básica possam a partir do conhecimento da complexidade do manual escolar, possam manuseá-lo com mais coerência e eficácia.

Compreendendo o livro didático de história como objeto de pesquisa história, abordamos sua trajetória, conotações e concepções historiográficas dos manuais analisados. Ao mesmo tempo compreender o livro didático de História como objeto multifacetado e parte da cultura escolar, entender os processos de avaliação dos livros didáticos no Brasil. Dessa forma organizamos o trabalho em três capítulos específicos: No primeiro capítulo denominado de Livro didático, múltiplas faces, múltiplos enfoques abordamos o livro como um todo dando mais ênfase no livro didático, expondo conceitos deste objeto de pesquisa e vertentes de análise, no segundo capítulo denominado: No tempo dos ginásios, é abordada a estruturação do ensino secundário numa perspectiva histórica, voltada para o ensino de história dentro do Ginásio Estadual Picoense [Ginásio Estadual Marcos Parente] entre 1968 e 1975.

Por meio da análise dos discursos dos professores entrevistados e pela análise documental a partir de documentos oficiais e livros didáticos, além de expomos um breve histórico da interferência do estado na concepção e circulação dos livros escolares, tomando por base o pensamento de Bittencourt (2004) segundo a história do livro didático está associada a uma educação institucionalizada, portanto vinculada ao aparelho burocrático do estado e por fim no terceiro capítulo intitulado Cultura escolar, procuramos promover uma análise documental dos livros utilizados pelos professores do Ginásio Estadual Picoense, ao mesmo tempo que procura-se definir a metodologias de ensino utilizada por estes professores, a concepção de História que possuíam, a análise documental levará em consideração temas referentes a História do Brasil e confrontar com seus depoimentos dos professores da época.

Levando isso em consideração Pollack (1992, p. 202) afirma que a memória é constituída por acontecimentos, pessoas e por lugares. “Na memória mais pública (...) pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.” Ele ressalta também que muitas vezes se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais. Isso mostra que a memória é construída, pois se escolhem as datas e os acontecimentos que vão ser gravados na memória de um povo.

Neste trabalho o período histórico são a Guerra fria e o Regime militar, levando em conta que os entrevistados representam ideologias divergentes sobre regime.

## 1 LIVRO DIDÁTICO: múltiplas faces, múltiplos enfoques

### 1.1 Conceito ou conceitos? Afinal o que é livro didático

Falar sobre este objeto é sem dúvida, envolver-se em um tema polêmico. Ao refletir sobre a natureza complexa e a especificidade do livro didático, é possível compreender o motivo da controvérsia que o envolve e a grande quantidade de pesquisas científicas relativas ao tema.

Apresentamos as concepções de livro didático para os autores que ao longo de sua formação trabalharam com esse objeto, com o intuito de levantar as inúmeras interpretações desse objeto cultural foco dessas investigações.

Apesar de ser um objeto familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível definir o livro didático, segundo Bittencourt (2008). O livro didático é uma obra escrita com a finalidade explícita de ser utilizada numa situação didática. Vejamos alguns dos conceitos por nós selecionados, tendo em vista a grande quantidade de trabalhos produzidos no meio acadêmico:

Para Hofling (1981)

O livro didático traz consigo uma contradição, que é sua colocação como "universal", ou seja, se propõe com aplicável, a todos os alunos, a todas as escolas, a todas as realidades escolares e sociais - e o uso indistinto dos livros reforça esta característica. E esta se torna uma de suas debilidades ao perder o impacto de suas mensagens quando estas se contrapõe a uma realidade objetiva diferente, vivida pelos alunos que os lêem - dependendo do meio em que vivem. (p.239-40)

(...) O livro didático é mais um, entre muitos, dos mecanismos usados para reforçar a manutenção de ordem social. (HOFLING, 1981, p.239-240)

Para Lima (1983),

Quatro funções podem ser atribuídas ao livro didático, considerando-se seu objetivo educacional, que é, em última análise, a aprendizagem do aluno. Além de informar, fornecendo dados corretos, precisos e atuais, estimulando e despertando interesse pelo estudo, o livro didático sintetiza, ao organizar as informações de maneira clara, operacionaliza, ao oferecer oportunidade de fixação e conscientiza o aluno ao fazê-lo tomar consciência da cultura ao qual pertence (Estado do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Educação, 1983). (LIMA, 1983, p.17-18)

Para Kilszrajn (1987),

(...) material de apoio do professor, no desempenho de sua tarefa docente. (p.1)

(...) um dos componentes da relação escola x aluno (p.65)

(...) o manual didático assume o seu papel, entre os mecanismos de controle do indivíduo dentro da sala de aula (...) há uma outra forma de controle de que manual didático é um dos representantes: a divulgação unilateral do conhecimento, correspondente à ideologia da classe dominante, no sistema social a que se insere. Instrumento de trabalho, por excelência, do professor. (p. 66)

#### Para Carmo (1991)

(...) o livro didático desempenha um papel decisivo no cotidiano da sala de aula, tornando-se mesmo indispensável aos professores, no sentido de aliviar a carga de suas tarefas. (p.82)

Forma-se portanto, um currículo vicioso e viciado em que já não se distingue se o livro atende, de fato, a uma necessidade do professor ou se essa necessidade é criada pelos interesses das editoras. (p.84)

(...) Assim, os manuais procuram reproduzir um modelo pedagógico pelo qual o ensino se limita seguir o aluno, a partir de um desenvolvimento já alcançado, ou até mesmo, permanecendo aquém dele. Não se preocupa ajudá-lo a atingir níveis mais altos de desenvolvimento cognitivo, como faz a proposta de Vygotski, (...) A questão dos interesses editoriais envolvidos na produção do livro didático, nos permite considerá-lo, portanto, como valor de troca, como mercadoria produzida pela indústria cultural, que se sobrepõe ao valor de uso, ou seja, a função pedagógica. (p.86)

Veiculando informações carregadas de conteúdo ideológico, o livro didático participa do processo de formação de crenças, valores, posturas, visões de mundo e interpretações da realidade, para a totalidade da população que frequenta a escola. É preciso lembrar, também, que provavelmente o livro didático é o único tipo de publicação a que muitas crianças têm acesso, o que o torna um instrumento poderoso, tanto para reproduzir a ideologia dominante, quanto ao contrário, para criticá-la. (p. 116-177)

(...) o discurso do livro didático de História apresenta as características de um discurso autoritário. (p. 146)

#### Para Resnik (1992),

Um dos interlocutores de maior peso na prática é o seu principal instrumento de trabalho: o livro didático. Acompanhando cotidianamente, em muitos (sic) ocasiões é quem conduz a aula. Por isso mesmo, torna-a semelhante em espaços tão diversos ou tão distantes. O livro didático, por seu caráter universalizador, atua como um professor coletivo. (p.2)

Os manuais escolares são elementos privilegiados para estabelecer essas conexões: entre os programas e a sala de aula - e nesse sentido, entre Estado e sociedade - assim como entre professores - dirigentes em ponto menor - e os alunos. O seu sucesso editorial, pelo menos desde a década de 30, não deixa margem de dúvidas quanto a sua presença marcante em sala de aula. Se o professor é o portador do saber legítimo, personagem central para a transmissão dos conhecimentos, podemos dizer que o livro didático funciona com um professor coletivo. Enquanto instrumento do cotidiano escolar tem o dom de universalizar e unificar a mensagem. Universaliza o saber que se

quer transmitir porque é abrangente, atinge a uma diversidade de escolas, professores e alunos em regiões distantes: no Rio, São Paulo ou Porto Alegre - alguns livros de maior tiragem veiculados pelas maiores editoras conseguiram penetração em mais um Estado, fato que se constitui em grande proeza editorial. Num mesmo movimento o livro didático unifica o discurso. Professores de formação múltipla e dispar, passam a falar uma linguagem e a veicular imagens semelhantes. Por isso, volto a enfatizar, é um professor coletivo, verdadeira orientação de conteúdo e método. Consiste não apenas em um instrumento de apoio: mas é quem instrumentaliza, imprime direção às aulas." (p.150-51)

Para Bittencourt (1993),

(...) o livro didático é um objeto de múltiplas facetas (...) (p.3)  
 (...) Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade de pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimentos e valores, o livro pode também criar as diferenças porque a leitura que se faz dele, nunca é única. (p.5)  
 (...) o livro didático constitui-se um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares. (p.17-18)

Para Dias (1994),

Entendemos aqui por livro didático, de acordo com o decreto-lei nº 1.006 de 30/12/1938, compêndios escolares e os livros de leitura em classe: Art. 2- parágrafo 1 - Compêndios são o livros que se exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; parágrafo 2- Livros de leitura de classe são os livros usados para a leitura dos alunos em aula.  
 Tais livros são também chamados livros de texto, manuais, livros escolares (...) Usamos as designações livro - texto, livro texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático". (p.7)

Para Gatti Junior (2004),

(...) fieis depositários dos saberes provenientes das diferentes disciplinas escolares. (...) os portadores dos conteúdos explícitos a serem transmitidos aos alunos (...) organizadores das atividades didático-pedagógicas exercidas pelos docentes para viabilizar os processos de ensino e aprendizagem. (p. 9-10)  
 (...) portadores dos conteúdos disciplinas e (...) organizadores das aulas. (...) uma amostra dos processos culturais vivenciados na escola, lugar onde se contrecruzam aspectos da História da Cultura e da História da Pedagogia. (p. 11)  
 (...) apresentam-se os conteúdos disciplinas de forma explícita. (p.12)  
 (...) objeto de uma série de análises alicerçadas em diferentes cortes teóricos e metodológicos, provenientes de diferentes campos de investigação científica. (p.14)  
 (...) os livros didáticos são uma fonte importante para a compreensão da forma tomada pelo o ensino das disciplinas escolares, especialmente, do

ensino da disciplina História, nas últimas séries do ensino fundamental e nas três séries do ensino de 2º grau. (p.18).  
 (...) portadores dos "caracteres das ciências". (p.21)

Para Cruz M. (2000),

(...) um instrumento que representa documentos de currículo escrito. Sendo também, o recurso mais adequado para o alcance do nosso objeto devido consistir em material pedagógico que tem cumprido a função de aproximar os conteúdos de documentos curriculares elaborados oficialmente, ao cotidiano escolar. Esse fato faz desse recurso didático um deficiente documento de registro de concepções de ensino e das dinâmicas que ocorrem em torno do currículo oficial de uma disciplina escolar. (p.31)

Para Demori (2000),

(...) os livros didáticos carregam conteúdos relacionados aos mais variados saberes escolares e possibilitam ao pesquisador observar as diretrizes e as estratégias pedagógicas, políticas e culturais de um momento histórico específico. Além disso, trazem consigo um corpo de ideias e representações elaboradas a partir de uma grande quantidade de elementos e agentes sociais. Atuam na sua elaboração autores de livros didáticos, as editoras, as normas e exigências políticas educacionais, o público consumidor, etc. (p. 1-2)  
 (...) assim como os meios de comunicação, os livros podem influenciar na produção do senso comum, de práticas e de comportamentos. Portanto, vale a pena analisar o processo de construção do conhecimento e sua divulgação. (p.2)

Para Araújo (2001),

Entende-se que o livro didático insere-se nesses dois momentos: prescrição e ação. O primeiro refere-se a sua elaboração, produção e comercialização, que seguem as propostas do currículo oficial, ao mesmo tempo que influem sobre ele. Ou seja, o livro didático torna-se não somente o veículo de orientações prescritas pelo currículo oficial como institui práticas de seleção de saberes e sua transformação em conteúdos ensináveis, que passam a ser contemplados e assumidos por elaboradores de currículos e programas. (p. 28-9)

No segundo momento, o da ação, levo em consideração que o professor utiliza o livro didático na seleção dos conteúdos a ensinar, no desenvolvimento de suas aulas e na avaliação de aprendizagem, introduzindo modificações, reelaborando suas informações, associando-o a outros recursos. Dessa forma, na organização do trabalho pedagógico, o livro didático não se restringe ao papel de "guia" curricular: mesmo nos casos em que constitui a principal referência para a definição do conteúdo, ele está menos para prescrição e mais para um dos recursos utilizados pelo professor. (p.29)

Para Pinto (2001),

(...) produto cultural, inserido em uma determinada sociedade e elaborado em uma determinada época, (...) (p.13)

(...) o depositário por excelência dos conteúdos escolares, cumprindo o papel de transmissor dos conteúdos e saberes de uma determinada época. (p.23)

(...) o livro didático traz em si a dimensão de seu caráter pedagógico, chegando até mesmo a elaborar as estruturas e suas dimensões sobre as quais o ensino será efetivado, trazendo não só os conteúdos, mas também a metodologia empregada ao serem expostos. P.26

(...) o livro didático ao apresentar em seu bojo conhecimentos e saberes disciplinares expressos por meio de seus conteúdos, tornando-se também importante veículo portador de um sistema de valores que fazem consonância com sua própria época histórica, tornando-o resultado dessa mesma época. ( p.27)

Para Purificação (2002),

(...) o livro didático faz parte de trama de saberes e poderes que entrelaça Diretrizes do Estado (planos e avaliação), currículos e conteúdos e que acaba subordinando a atuação do professor e aquilo que ele deseja ou pode ensinar. Cabe lembrar que neste conjunto de aspectos que envolvem o livro didático o espaço de liberdade do professor não aparece.

O processo de elaboração e de produção do livro didático se insere num amplo contexto de relações que envolvem investimentos financeiros, organização, coordenação, divisão de trabalho, papéis e funções de muitas pessoas, criatividade, concepções várias e diferenciadas com a finalidade de atender a um "mercado" em conformidade com as exigências do governo e sua ideologia e também as circunstâncias culturais e sociais. (p.64)

Para Rodrigues (2004),

Entendo por livro didático aquele produzindo para veicular conteúdos das disciplinas escolares e portador de um sistema de valores e de cultura, (...)

(...) o livro didático não é neutro do ponto de vista teórico, metodológico e ideológico uma vez que ele traz em si um feixe de condicionamentos: políticas educacionais, currículos, programas concepções de mundo do autor, influências da renovação historiográfica, interesses e apelos de mercado, interferências na produção editorial modificando o texto original do autor. (p.23)

Para Lima (2004),

O livro didático constitui a principal fonte de informação impressa e utilizada por grande parte dos professores e dos alunos brasileiros, sobretudo daqueles que tem menor acesso aos bens econômicos e culturais.

(...) o livro didático tem papel fundamental no processo de escolarização e letramento em nosso país, ocupando na prática muitas vezes o papel de principal referência para a formação e inserção no mundo da escrita.

Em nosso estudo o livro didático é focalizado como um documento histórico (Jacque Lê Goff, 1996) produto das relações socioculturais (situadas no

mundo da escola e também fora dela), e ao mesmo tempo, instituinte dessas mesmas relações. (p.3)

Alguns concebem o livro didático como produto cultural atrelado ao poder público, outros como objeto utilizado na formação do educando desde a ocupação pelos europeus e a consequente missão jesuítica. Porém nas definições apresentadas pelos autores, conforme citações acima podem reunir suas concepções acerca do livro didático havendo um consenso entre os pesquisadores de que se trata de um produto cultural; um depositário de conteúdos escolares e transmissor de conhecimentos e saberes de uma época.

## **1.2 História do livro**

O livro didático é considerado por muitos autores como documento privilegiado para investigação histórica. Até pouco tempo desaparecido e desconsiderado, o livro didático tornou-se nos últimos anos fonte relevante e objeto de estudos para história da educação.

O livro didático é um instrumento educacional extremamente complexo, podendo assim ensejar diferentes leituras, trata-se de um objeto de difícil definição, pois é marcado pela atuação de vários sujeitos na sua produção, consumo e circulação, estando sujeito ao tempo e a cultura em que esteve ou está inserido.

Dessa forma o livro sempre visou uma ordem. Fosse a ordem da sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido, ou, ainda a ordem desejada pela autoridade que o encomendou e permitiu sua publicação (CHARTIER, 1999, p. 08).

A história do livro se interessa por cada fase do processo ou do processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com os outros sistemas, econômico, social, político e cultural no meio circundante. (DARTON, 1990 p. 112).

Segundo Robert Darton (1990) a história do livro surge com o aparecimento da imprensa, mas a história da história dos livros surge somente na Inglaterra do final do século XIX, porém foi com a fundação dos Annales que foram ampliadas as possibilidades de assuntos estudados.

Sua origem está na cultura escolar ao longo do tempo foi se solidificando, mudando os aspectos físicos e pedagógicos até se transformaram nos atuais e modernos livros didáticos.

Os livros didáticos são concebidos como aqueles que destinam a instruir coadjuvando o trabalho do professor, numa área qualquer do conhecimento humano. Visto sob esse ângulo,

neles espera-se encontrar todos os elementos que possam a vir aumentar a potencialidade pedagógica. (FRANCO, 1982, p.23). Sendo assim,

[...] estamos entendendo como livro didático um material impresso, estruturado, destinado ou adequado utilizado no processo de ensino-aprendizagem ou formação. Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, por que o livro didático não é apenas um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo para ser lido da primeira a última página. O livro didático precisa ser entendido como parte da História cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem. (OLIVEIRA, 2009, p.81).

O livro didático é dessa forma um produto cultural, inserido em uma determinada sociedade e elaborado em uma determinada época, depositário por excelência de conteúdos escolares, cumprido o papel de transmissor dos conhecimentos e saberes de uma determinada época.

O livro surge como objeto cultural com o advento da imprensa inventada por Gutenberg tendo em vista que até meados de 1450 o livro era de difícil acesso, uma vez que só era possível a reprodução de um texto de forma manuscrita, neste sentido a invenção da imprensa possibilitou uma reprodução em maior escala, mas o que é de fato o livro? Entendemos por livro um material que faz parte da cultura impressa de uma dada sociedade.

O livro didático nunca foi objeto de estudo privilegiado dos historiadores, contudo a análise da história da história dos livros nos remete a Inglaterra no século XIX, e aos Annales e suas propostas de novos objetos, conteúdos e abordagens. Conforme Darton (1990, p. 109) a história do livro está ligada ao surgimento da imprensa, e figura dentre os campos de estudo da história como um importante tema, crescendo com tamanha rapidez, podendo alcançar um lugar ao lado da história da arte.

Conforme Chartier (1998) foi na França do século XVI, que surgiram os primeiros livros definitivamente emancipados da forma manuscrita. Em 1527, Francisco I, rei da França, havia determinado o tamanho-padrão para o papel em todo o reino, quando já era usual dobrar as folhas para formar o códice. É sabido, porém que a disseminação do livro e a maior circulação desse objeto que, foi proporcionada alguns anos antes, entre 1450 e 1455, por Johann Gutenberg, inventor da imprensa.

A edição de livros no final do século XV italiano se deve à ação de Aldus Manutius, um humanista que decidiu imprimir os clássicos a fim de tornar mais fácil sua tarefa de ensiná-los. Como os editasse em sua língua original, também passou a publicar gramáticas e

dicionários que ajudariam seus alunos e leitores a “conversar livremente com os mortos gloriosos”<sup>80</sup>. Dessa forma, ele se tornou o primeiro grande editor da modernidade.

Já no final do século XVI notava-se que o exemplo de Manutius havia se disseminado e a edição de livros, ganhado novos contornos. Doravante o editor não estava mais preocupado em prestigiar o mundo das letras, mas publicava livros em que antevia possibilidades de vendas. Editores fizeram fortuna através da reimpressão de velhos sucessos, obras religiosas e também porque monopolizavam a edição do livro “escolar”.

Efetivamente o livro se tornou uma mercadoria de amplo consumo e, nessa condição, passou também a atender o gosto e a necessidade do cliente. Para acompanhar o leitor onde ele estivesse às edições foram diminuindo de tamanho, dando lugar às edições de bolso, sendo vendidos de forma ambulante em bancas nas praças, ou em eventos próprios, como os famosos salões do livro.

A exemplo disso no Brasil a figura de Monteiro Lobato, literato e livreiro no Brasil nas primeiras décadas do século XX antes de enveredar pelo caminho dos livros didáticos na Editora Nacional, havia tentado distribuir os livros que editavam mais; anos mais tarde a Cia Editora Nacional de Lobato e Octalles Marcondes se tornaria a maior editora no ramo dos didáticos do Brasil, posição ocupada por décadas a fio.

Para Chartier (1998), o editor tem uma importância ímpar na história do livro. De posse dos direitos de edição, a personalidade do autor fica definida, visto que transmite o seu próprio gênio, mas cabe ao editor não só a tarefa de imprimir o livro, como também de colocá-lo no mercado. Chartier conta a longa história desses editores, desde o século XVI-XVII. Em primeiro lugar eles tinham uma livraria, depois podiam ter uma gráfica. Dessa forma, vendiam os textos que imprimiam, assim como os que recebiam de colegas de outro lugar, para quem também enviava seus livros.

Na França, a partir do século XIX, segundo ele, (característica ainda verificada) a atividade de edição esteve vinculada ao nome de determinado editor e, ao avançar do século XX, ao de sua família. Chartier menciona, por exemplo, para o século XIX, Hanchette, Larousse e Hetzel e, para o XX Gallimard e Flammarion. Muitas dessas hoje correspondem a grupos multinacionais no mercado livreiro, a exemplo da Larousse.

Para o nosso trabalho, também é importante fazer referência à edição do livro no Brasil. Considerando que o livro didático de História utilizado entre as décadas de 60 e 70 do século XX é a principal fonte deste trabalho.

No Brasil a produção de livros cresceu bastante no início do século XX, tendo como referência a produção de livros franceses, muitos livreiros e editores vieram para o Brasil e

monopolizaram durante décadas o mercado dos livros, especialmente a produção dos primeiros livros escolares, como as livrarias Garnier e Lammert, mas foi O pioneirismo de Francisco Alves, persistente e agressivo, ele foi o primeiro editor a acreditar no potencial do mercado de livros didáticos (PAIXÃO, 1998, p. 41).

Para Chartier o conceito de representação incorpora discursos que apreendem e estruturam o mundo e permitem compreender a relação entre os discursos e as práticas, isto é, como os profissionais da educação interpretavam as finalidades da escola e as concepções pedagógicas para justificar suas escolhas e condutas, ao mesmo tempo em que, tenta transmitir essa cultura.

O livro é usado como instrumento de ensino e aprendizagem desde o início da ocupação do território que corresponde ao atual Brasil, implantado como meio de ensino ainda pelos padres jesuítas, a medida que utilizavam textos religiosos com o objetivo de catequizar os povos nativos, entendemos como livro didático portanto, qualquer material impresso que possuía determinada metodologia e abordagem de temas para ser utilizado em sala de aula.

O livro didático é um objeto de pesquisa importante na pesquisa histórica, levando-se em consideração ser um elemento primário dentro da cultura escolar para a transmissão dos valores e dos saberes adquiridos, é muitas vezes é o único livro que leram durante toda a sua vida. Sendo para professores e alunos um objeto portador de memória, adquirindo diferentes representações conforme o contexto onde se insere.

Os novos historiadores do livro inseriram o tema dentro do leque de assuntos estudados pela escola dos Annales de história sócio-econômica. Ao invés de se deterem em detalhes da bibliografia, tentaram descobrir o modelo geral de produção e consumo do livro ao longo de grandes períodos de tempo. (DARTON, p.110. 1990).

Chartier (1998) acrescenta que o historiador do livro olha para trás deve ser prudente ao definir transformações passadas, dessa forma pode-se aferir que o livro sofreu modificações ao longo do tempo, nesse caso o livro didático, na sua forma, em seu conteúdo, o livro didático é um objeto embebido de ideologia que serve ao poder instituído de um determinado tempo, e tal ideologia como também as concepções historiográficas sofrem essas mudanças.

Segundo Bittencourt (2008) “foi apenas em meados de 1960 e principalmente em 1980 que este objeto passou a ser largamente pesquisado no Brasil”, O livro neste sentido adquire vários significados dependendo do lugar social em que se encontra inserido, no caso do

ambiente escolar o livro esteve interligado com a escola desde a sua criação na antiguidade e sua consolidação a partir da formação dos Estados nacionais.

O livro didático deve ser entendido como “objeto cultural” (CHARTIER, 1990), possuindo uma variedade de faces, sendo este inserido em um contexto político, econômico e social, sendo produto de uma determinada época e não pode ser estudada forma de seu lugar social, neste caso a escola, sendo produto de uma cultura escolar estabelecida.

Sendo a escola responsável por transmissão de boa parte de uma dada cultura, entende-se por cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas. (JULIA, 2001, p.10).

Por sua vez, Diana Vidal (2005) distingue três formas de culturas escolares. Uma delas é chamada de prática ou material, sendo produzida cotidianamente pelos docentes; a outra é a política ou normativa, ou seja, corresponde às regras que governam o funcionamento das escolas e, por fim, há uma cultura do tipo científica ou pedagógica, elaborada, segundo o autor, para explicar ou propor modos de trabalho tipicamente escolares transmitidos pelos docentes.

O livro didático como objeto da cultura escolar pode assumir assim essas três dimensões uma vez que é entendido como instrumento de socialização dentro da escola, pois por meio dele podemos entender o que é ensinado na escola? Como é ensinado? A estrutura do currículo e a receptividade por parte do alunado, ao mesmo tempo em que é um instrumento poderosíssimo, pois difunde um idioma, culturas e valores da elite estabelecida, ele constrói saberes, produz e apropria. Dessa forma entende-se por livro didático um material impresso feito e estruturado para manter uma relação de ensino-aprendizagem.

É por sua vez objeto dotado de historicidade, uma vez que de uma forma ou de outra sempre esteve ligado a prática docente, não estando atrelado somente a um conjunto de leis e decretos que legislam sobre o assunto. Segundo Bittencourt (2009), “o livro está diretamente ligado à constituição do ensino escolar brasileiro [...] devendo ser analisado desde sua concepção a sua utilização em sala de aula”.

Livros escolares circulam aos milhões diariamente pelas mãos de professores e alunos. Editoras divulgam novos títulos e reeditam os mais vendidos, dando ao livro didático proeminência na indústria cultural. A literatura escolar é o produto de maior vendagem no quadro atual das editoras nacionais. (BITTENCOURT, 2009, p. 13)

Mas, tendo em vista a difícil tarefa de se obter um conceito único para livro didático optamos por utilização nesta pesquisa a contribuição teórica do historiador Frances Alain Choppin, tido hoje como referencia no assunto. Choppin classifica os livros escolares em dois blocos. Aqueles que são destinados ao uso efetivamente escolar, ou seja, em sala de aula e aqueles que servem apenas como suporte, no que diz respeito ao livro didático propriamente dito.

O Livro Didático é entendido, na investigação, como um artefato cultural, objeto da cultura material da escola, instrumento didático e fonte de pesquisa que norteia as atividades docentes e dá suporte às professoras na sua prática diária. É um difusor de cultura, informação e conhecimento (CHOPPIN, 2004) Analisando o papel que o livro didático desempenha no processo escolar, Choppin indica que os livros escolares são “utilitários da sala de aula” porque são produzidos para auxiliar o ensino de determinada disciplina, a partir da apresentação gradual dos conteúdos, ordenados em unidades ou lições que favorecem o seu uso coletivo (em sala de aula) ou individual (em casa ou em sala).

Deixando Chartier (1990) dizer: “(...) o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera. Das variações deste relacionamento triangular dependem, com efeito, mutações de significados (...)”.

### **1.3 Livro didático: objeto multifacetado**

O Pesquisador francês Alain Choppin (2001) traz uma contribuição teórica de amplitude à investigação sobre o livro didático de História, o livro didático sob essa perspectiva adquire várias conotações, tornando-se um objeto multifacetado, segundo ele Os manuais escolares podem ser definidos como ferramenta pedagógica destinada a facilitar a aprendizagem, transmitem um sistema de valores e uma ideologia, enfatiza quatro funções básicas do livro didático:

Função referencial (tradução fiel dos programas de ensino ou suas possíveis representações), função instrumental (apresenta métodos de aprendizagem), função ideológica e cultural (apresenta língua, cultura e valores das classes dominantes) e função documental (entendido como conjunto de documentos textuais e iconográficos). (CHOPPIN, 2004, p.553).

Dessa forma o livro possui além de sua importância histórica, uma importância pedagógica, econômica e político-ideológica. A nosso ver a trajetória dos livros didáticos no Brasil sempre teve atrelada a interferência do estado por meio da instituição de programas de

avaliação e os de História são os mais visados. O livro didático pode ter várias faces, dependendo da forma e do grupo social que o consumir, uma vez que Chartier afirma que “as percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) [...] a problemática do mundo como representação moldado através da série de discursos que o apreendem e o estruturam – tal como faz o livro didático – conduz obrigatoriamente o leitor como uma figuração deste tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos que dão a ver ou pensar o real.

Choppin (2001) afirma que “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.” Desse modo entender o livro didático se justifica pelo papel que ele desempenha na cultura escolar, mesmo com todas as críticas tecidas a respeito desse objeto ele continua sendo objeto imprescindível em ambiente escolar.

Levando-se em conta que o livro didático pode ser analisado de várias formas e que são muitos os estudos já produzidos, ao longo de nossas leituras, entendemos que o livro didático possui as seguintes vertentes de análise:

#### **1.4 Mercadoria**

Nesse aspecto leva-se em consideração a estrutura e funcionamento do mercado livreiro, nacional e multinacional, onde se pode perceber que o livro didático é o grande filão nos lucros do mercado dos livros, chegando a se formarem grandes grupos empresariais que tem com o principal produto o livro escolar.

Kazumi Munakata (1997), dando menos ênfase aos currículos e aos aspectos ideológicos, busca analisar o livro didático do ponto de vista da produção, envolvendo especificamente dois atores: editores e autores. Destaca a importância de observar essa dimensão inerente ao livro didático.

Talvez seja interessante perceber, então, que a realização do lucro só é possível porque essas mercadorias são também cristalizações do trabalho efetivado por um contingente de trabalhadores mais ou menos especializados executando tarefas distribuídas segundo um esquema de divisão de trabalho mais ou menos pormenorizado. Neste mundo humano, demasiadamente humano, esses trabalhadores, agentes da produção editorial, que vendem a alma para o capital fazendo até mesmo pensando na melhoria da qualidade de ensino, do mesmo modo que um médico assalariado, por exemplo, ao engordar o lucro do patrão pode também procurar atender bem o paciente ,

se o efeito disso é o retroalimentação do sistema é outra história. (MUNAKATA, p.34)

Corroborando com isso Bittencourt (2004, p. 71) destaca.

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustrados (...).

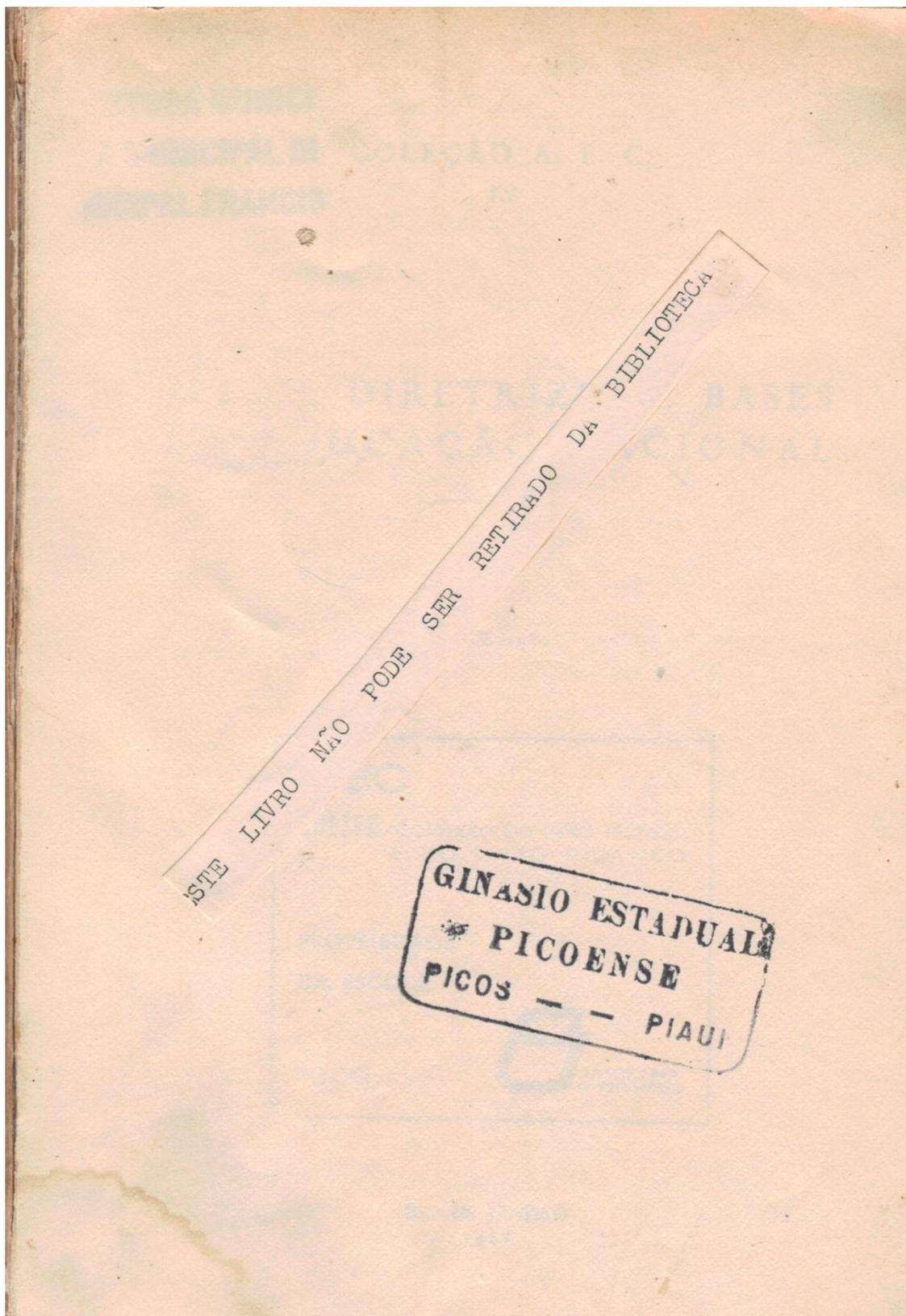
Chartier (1990) coloca que “os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por editores e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros e por impressores e outras máquinas”. Fica entendido que o livro é uma mercadoria produzida por um sistema responsável pela uniformização das necessidades e pela transformação dos produtos culturais em meros elementos do mercado, desse modo não existe um escritor, mas um autor, sendo este mais um em meio a um grande processo.

A indústria do livro didático não está preocupada se o livro é bom ou ruim, mas se ele vai vender. Por exemplo a época em questão (1960-1970) seria inviável a produção de um livro nos moldes da História integrada, pois com certeza não teria sucesso de mercado, outros livros como os de autoria do Borges Hermida viraram sucesso de vendas por mais de três décadas.

### **1.5 Depositário de conteúdos**

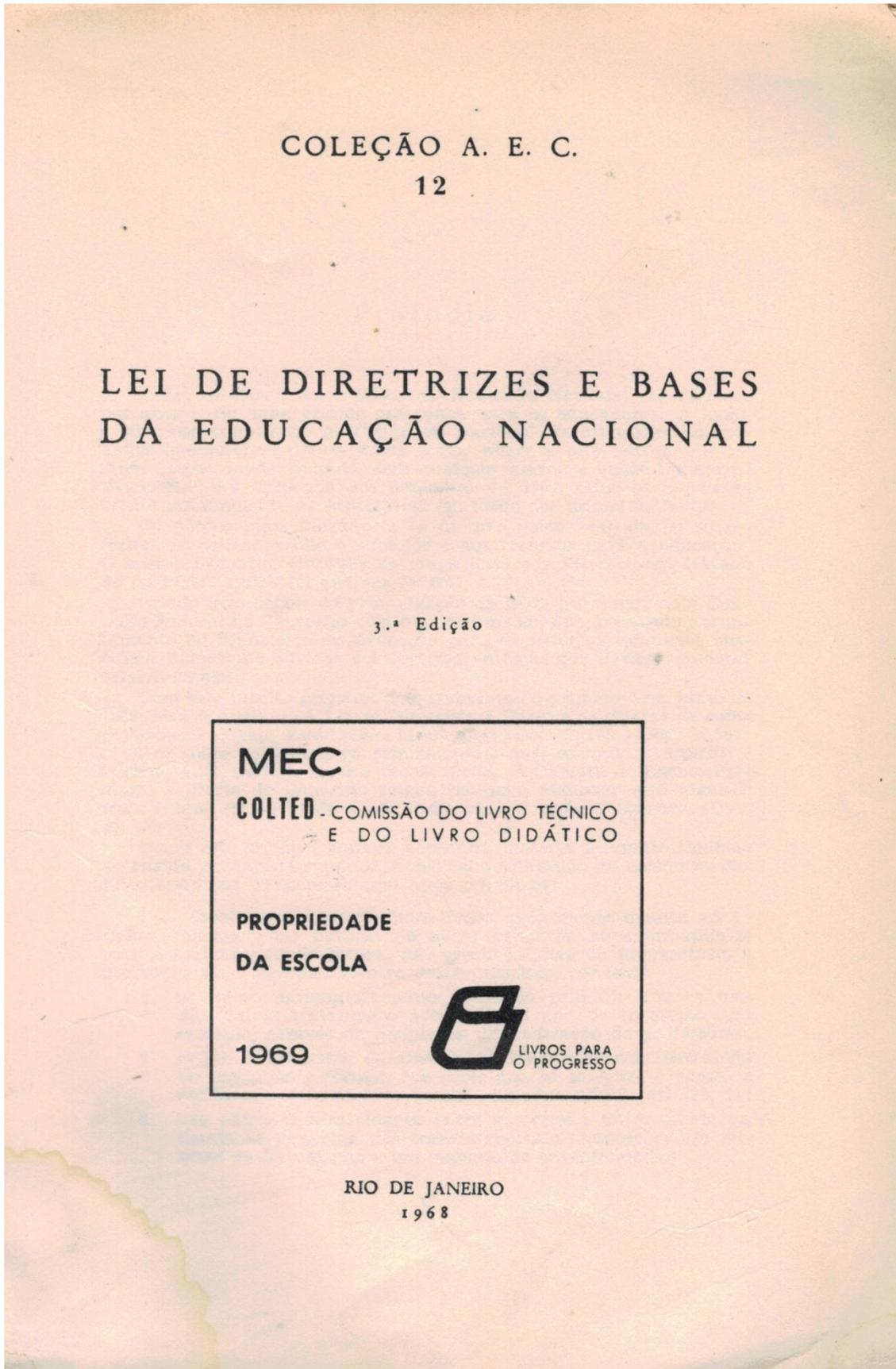
É possível constatar que o currículo durante muito tempo se baseava-se no próprio livro escolar e não ao contrário, formando assim uma tradição escolar no que diz respeito aos conteúdo programático de uma determinada disciplina.

No caso de História durante muito tempo o currículo de História foi mais uma espécie de conteúdo programático, diante da legislação houve algumas mudanças pós lei 4024/61, uma vez que a única coisa que se exige das escolas é que no Curso Médio [ciclo ginásial] a História do Brasil fosse lecionada nas duas primeiras séries e a História Geral nas duas últimas séries, esse modelo de ensinar História perdurou durante anos mesmo com o envelhecimento da lei.



**Figura 01:** Folha de Rosto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961

**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente



**Figura 02:** Lei de Diretrizes e Bases de 1961

**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente

Diante da análise dos livros didáticos utilizados no antigo Ginásio Estadual Marcos Parente, é possível constatar que tudo gira em torno do livro didático, e que o sumário não mais que uma simples reprodução do conteúdo programático oficial proposto pelo Ministério da Educação.

Partindo dessa perspectiva retomamos a ideia de ter ser formada uma tradição escolar no que diz respeito ao ensino de História, uma vez que durante muitos anos esse currículo foi apenas reproduzido nos livros didáticos, ou ao contrário.

A cada reforma que se tinha um novo currículo ou apenas pequenas alterações no anterior era estabelecido. Para exemplificar melhor partimos do conteúdo “Emancipação do Brasil” Quase todos os alunos que estudaram entre 1950 e 2005 viram esse assunto no 6º ano do ensino fundamental (antiga 1ª série ginasial, 5ª série do primeiro grau), só mais recentemente e que tem aderido a uma proposta de versão integrada da escola, ou melhor, intercalada, segue-se apenas uma justaposição dos conteúdos de História do Brasil e da América tomando como referencia a História Geral.

## **1.6 Suporte de métodos pedagógicos**

Além de explicitar os conteúdos escolares, é suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalho, individuais ou em grupo e formas de avaliação do conteúdo escolar.

Juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda entendido como um veículo portador de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade.

Como diz Bittencourt, (2004, p.302) As interferências de professores e alunos também fazem parte da compreensão do livro didático. Com seu público-alvo [professores e alunos] utiliza os conteúdos, os instrumentos de aprendizagem, a ideologia e os valores nele contidos?

O Manual do professor é parte importante na produção do manual, uma vez que é nele que o autor apresenta estratégias de como trabalhar com o material, sugestão de filmes, atividades extras, indicação de leitura, planejamento anual, o que não era comum nos antigos manuais escolares utilizados no Ginásio Estadual Marcos Parente.

## 1.7 Veículo portador de sistema de valores

No que diz respeito a análise da ideologia subjacente aos livros didáticos, em especial ao livro didático de história, observa-se que a produção desse material serve ao poder estabelecido em determinada época, uma vez que na maioria dos livros, ou melhor dizendo praticamente em quase todos em especial os mais utilizados da época, como os de Borges Hermida, denominam o que a historiografia chama hoje de Golpe militar de 1964 de Revolução, não trabalhar os problemas sociais em sala de aula,

O povo brasileiro sempre foi uma sociedade sem classes (...) Para o Brasil vieram os aventureiros, os excedentes das corporações, os filhos de famílias numerosas, os cristãos novos, em fim, toda a massa de deslocados que cresciam à margem da sociedade europeia . A cor, que em outros países era fator de diferenciação social, aqui não existia. (RAMOS, 1969, apud LOZANO, 2006, p. 81)

A revisão bibliográfica feita por Freitag e colaboradores (1989) afirma que dentro desta vertente de análise é privilegiada, nessa vertente é denunciada a ideologia dominante que contribuiria para aumentar o poder burguês. Como se pode ver o autor afirma que o Brasil é uma sociedade sem classes, confirmando a tese de Freitag uma vez que se afirma que o Brasil é uma sociedade sem classes.

Decorrentes dessas denúncias são denunciados também preconceitos raciais, culturais e sexuais.

Munakata (1997 p. 20) verifica que nas décadas de 70 e 80 do século XX publicaram-se livros e artigos cuja maioria apresenta análise ideológica, examinando o aporte teórico e a relação estabelecida entre teoria da história e o conteúdo dos livros estudados, nesse sentido os livros de história pelo poder que ocupam dentro do espaço escolar e na transmissão de valores e “verdades absolutas” são o foco da questão.

## 1.8 Objeto de políticas públicas

O livro didático tem sido objeto de políticas públicas sistematizadas desde a criação do INL – Instituto Nacional do Livro, e mais recentemente por meio do PNLD, deve-se levar em consideração que essas políticas são traçadas por técnicos e burocratas que estão longe da realidade escolar; recentemente tem sido utilizada a avaliação como mecanismo do poder público em verificar sua eficácia. Além da entrada da universidade. Ao longo dessas políticas

públicas para o livro didático, foram criados vários programas que vem deste o Estado Novo, com a CNLD, passando pela COLTED, e PLIDEF, que veremos em detalhes mais a frente por está atrelada ao recorte histórico em questão. Desde 1985, com algumas modificações existe o PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, hoje universalizado para todas as séries do ensino básico.

## 2 NO TEMPO DOS GINÁSIOS

### 2.1 A Trajetória do ensino secundário no Brasil

Falar em ensino no Brasil, em especial o ensino secundário é com certeza envolver-se em um tema complexo, de modo que nas últimas décadas tem havido um crescimento vertiginoso acerca das pesquisas sobre esse nível de ensino, vale lembrar que tal ensino só veio ter uma sistematização a partir da chegada da família real ao Brasil, por muitas décadas permaneceu sem uma estrutura sistemática, funcionando no esquema de aulas separadas, sem planejamento e mantido pelas províncias, tendo em vista que por meio do ato adicional de 1834 fica a cargo das províncias legislares sobre o ensino primário e secundário.

Somente com a criação do Imperial Colégio de Pedro II no século XIX, mais precisamente em 1837, surgiu uma espécie de escola modelo, esta por sua vez era mantida pela própria coroa, e possuía um currículo consistente e uma carga horária e seriação bem definida, inicialmente estruturada em seis anos.

O ingresso no Pedro II a partir de 1851 se dava por meio de exames preparatórios, o problema desses exames estava na não exigência de se possuir o curso primário para o ingresso no curso secundário, ou seja, não havia a integração dos níveis de ensino, sendo que um não precisaria do outro para funcionar eficazmente, conforme os padrões da época, o que nos dá a ideia de por um longo período o ensino secundário não tenha sido mais que um preparatório para a educação superior, uma espécie de “cursinhos” como dizemos hoje.

Com o advento da república o Pedro II é transformado em Ginásio Nacional, mas continuou sendo modelo para muitas das escolas secundárias das províncias, entre 1925 e 1942 houve uma série de reformas no ensino secundário, mas somente em 1942 quando assume o ministério da educação o mineiro Gustavo Capanema, se tentará construir uma identidade para o ensino secundário brasileiro, tendo em vista que até esta época não passava de um preparatório pra ingressar no ensino superior, o ensino secundário não possuía uma identidade própria.

Mesmo com uma legislação avulsa, denominadas leis orgânicas do ensino o ensino secundário começa a se estender a toda população e é estruturado em quase todos os estados da federação, se desvinculando do Pedro segundo como escola modelo, passando cada estado da federação a ter uma identidade própria.

Segundo Capanema a função do ensino secundário era a de:

Formador de adolescentes, oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo. (NUNES, 2000. p.40)

Podemos concluir desta forma que embora a república tenha proposta de democratização do ensino, a educação secundária continuava sendo um privilégio e não um direito, uma vez que conforme do discurso de Capanema o ensino se dava de forma seletiva e restrita. Com a legislação educacional de 1961 e a legislação complementar pós-64 vai tirar este caráter elitista e transformar o ensino em algo massificado, por um lado veremos o acesso da classe trabalhadora ao ensino secundário por outro uma expansão desorganizada e sem estrutura para atender uma grande demanda.

Em 1971 É instituída lei 5692 que acabou com o exame de admissão, tido como empecilho por alguns teóricos para prosseguimento dos estudos, massificação do ensino, havendo expansão de escolas secundárias por todo o país, unificando o ciclo primário e ginásial em um, denominado de 1º grau, com duração de oito anos.

## **2.2 O ensino secundário no Piauí**

A instalação do ensino secundário no Estado do Piauí se dá ainda no século XIX, com a instalação do Liceu Piauiense, atual Colégio Estadual Zacarias de Góis e Vasconcellos, seguindo os moldes do Pedro II, porém com abres e fechas ao longo de sua história. Nesta época, o ensino público secundário do Piauí era constituído pelas aulas avulsas de Latim da cidade de Oeiras e das vilas de Paranaguá e Príncipe Imperial que não tinham funcionamento regular. Esta realidade incomodou Zacarias de Góis e Vasconcelos que tomara posse na Presidência da Província naquele ano, elegendo a educação como meta prioritária de seu governo.

Uma de suas atitudes, logo ao assumir, foi a organização do ensino primário e secundário, com realce neste último, propondo à Assembleia Legislativa Provincial, entre outras medidas, a extinção das cadeiras de Latim das duas vilas já mencionadas concentrando em Oeiras o ensino secundário com a criação de um curso de Humanidades – o Liceu.

É somente durante o Período Getulista que o ensino secundário no Piauí se estruturará aos poucos. É na década de 1950 que o estado remodelará seu sistema de ensino, seguindo a ótica nacional-desenvolvimentista, tinha-se no ginásio um modelo de desenvolvimento, é

nesse contexto que a expansão do ensino secundário pelo estado, ou melhor, dos ginásios pelo interior estado.

Nesse período, a urbanização do Piauí assume nova feição, no início da década de 1950 o estado obteve vertiginoso crescimento populacional e há a integração do Piauí com o restante do país, essa urbanização gera a procura de diversos serviços, dentro desses, o educacional. Em 1971 é instalada a Universidade Federal do Piauí.

A expansão do ginásio pelo Piauí é primeiramente fruto da iniciativa privada, anos mais tarde, preocupação do estado.

### **2.3 Ensino secundário em Picos**

Segundo Duarte (1995), Picos era um pequeno núcleo urbano. O Rio Guaribas (ainda perene) tinha relevante papel para a vida e para a economia da cidade (culturas de vazantes, lavadeiras e banhos nos animais). A cidade possuía uma agência bancária do Banco do Brasil (inaugurada em 1944), a luz elétrica era gerada por uma caldeira de vapor de 36HP, funcionando de 18 às 21 horas (inaugurada em 1929 pelo coronel Francisco Santos); uma rádio difusora (inaugurada em 1942), que tinha seus amplificadores espalhados pela cidade; a feira livre que acontecia aos sábados com vários produtos da região, e dois cinemas (Cine Ideal e o Cine Guarani).

O lazer era como mostra Duarte (1995, p.77), “À noite as conversas nas calçadas, os bares, o passeio na praça, as tertúlias, as brincadeiras de rua, nos domingos as visitas familiares, a caça, a pesca, a praça, os bares, os matinais nos clubes e os desportos, que competiam com as sessões de cinema”.

Embora essa afirmação de Renato Duarte (1995) corresponda aos anos de 1950, a cidade de Picos entre os anos de 1960 e início da década de 1970 continuava uma pequena cidade, com poucas escolas, e um lazer com ar provinciano.

Considerando o recorte temporal deve-se levar em consideração que o Brasil vivia sob a égide do regime militar e que tal fato político influenciou também o campo educacional e sua respectiva legislação. O regime militar foi uma forma de governo que suprimiu, através da repressão, as liberdades democráticas. Iniciando-se a partir do golpe militar de 1964, que resultou no afastamento de João Goulart da presidência.

Este golpe marcou a influência política do Exército Brasileiro e sua determinação em colocar em exercício uma doutrina de segurança nacional, inspirada na política do comércio exterior americano e de outros países influentes da Europa. Assumindo uma postura radical,

em relação aos opositores, o regime pôs em prática vários Atos Institucionais, culminando com o AI-5 de 1968, instituindo a suspensão de liberdades individuais e criando um Código de Processo Penal Militar, que permitiu que o Exército brasileiro e a polícia militar do Brasil pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas “suspeitas”, sem qualquer revisão judicial. O regime militar durou até a eleição indireta de um civil, Tancredo Neves, em 1985.

Bezerra (2005) afirma que no contexto educacional local, existia o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, o Landri Sales e o Colégio das Irmãs (Instituto Monsenhor Hipólito), de caráter privado. O Ginásio Estadual Picoense desempenhou durante muitos anos o papel de formar os jovens ginásianos do município de Picos, tendo em vista que foi a única escola de ensino secundário da cidade por décadas, desempenhando forte papel social.

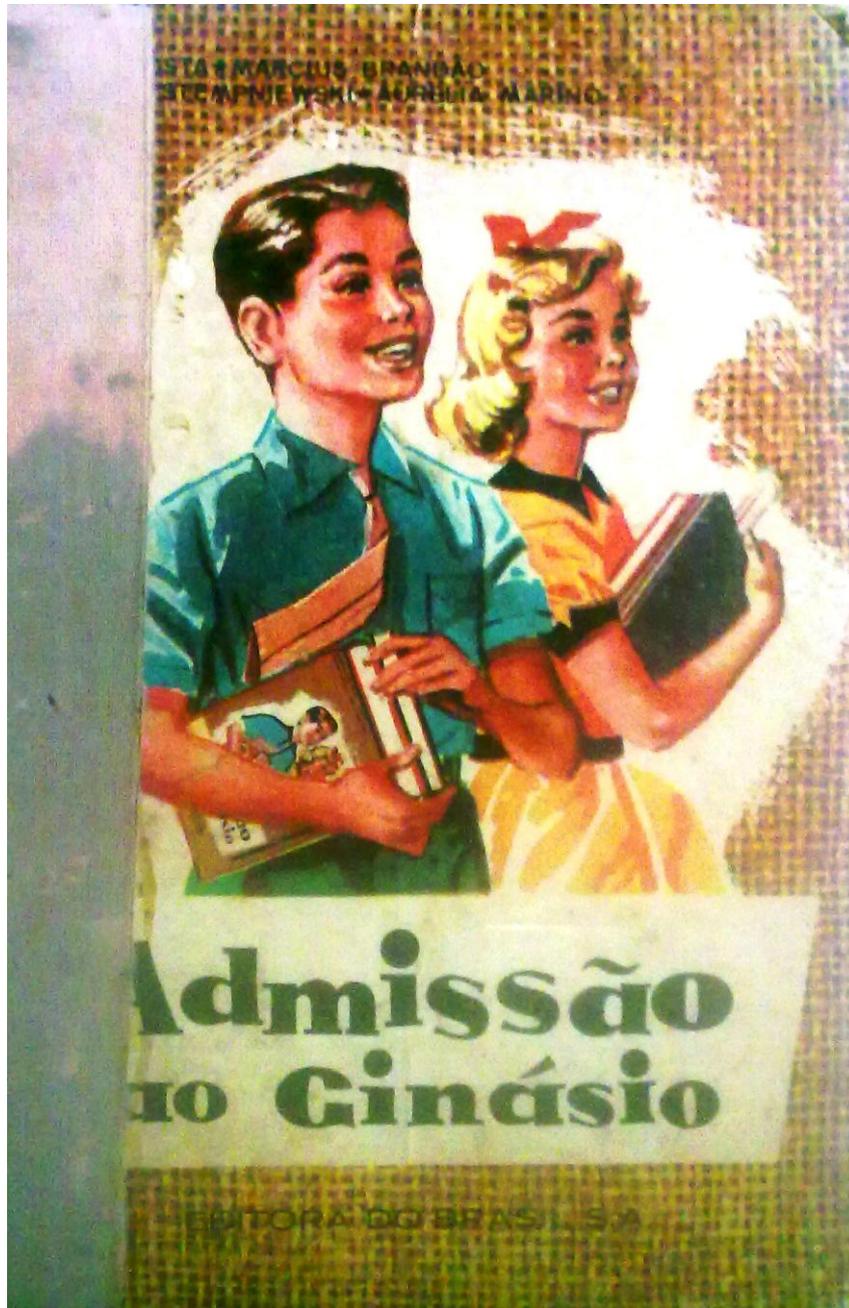
Segundo a professora Maria Oneide Fialho Rocha (2011),

O ginásio foi criado em 1949 e começou a funcionar em 1950, mas era muito restrito. Ele disse que a criação naquela época teve mais a importância do que a universidade hoje, porque na época só tinha ginásio aproximadamente nas cidades que ficava a 300 km de picos. Quando foi criado o ginásio em picos só tinha em Teresina, Crato, Petrolina. Ai em 1950 os pais não tinha condição de colocar os alunos no ginásio? Ai aqui só tinha duas escolas que era o Coelho Rodrigues e o Landri Sales que era do município que eram até a quarta série e tinha o colégio das Irmãs. E tinha outras escolas particulares que era apenas para a orientação. Os alunos paravam de estudar porque não tinha o ginásio, ai os que podiam ir estudar em outra cidade ai eles se formava em médicos, engenheiros, advogados, todos passavam no vestibular. Na época quem criou o ginásio foi Celso Eulálio ele é o pai de Fabiano Eulálio e era o Prefeito de Picos. Tinha um juiz que morava ao lado da minha casa que era Dr. José Vidal de Freitas inteligentíssimo, ele sabia várias línguas e dava aula de inglês, francês. Então Celso Eulálio foi conversar com o juiz, queria fazer um obra que nunca se acabasse. A obra foi o Mercado Publico que foi inaugurado em 1 de janeiro de 1925, que foi uma construção grande pra época. Ai em 1925 Francisco Santos foi quem fez a obra. O comercio de Picos já era promissor.

Segundo Bezerra, para efetivação da matrícula no Ginásio Estadual Picoense, era necessário passar no exame de admissão promovido em todos os ginásios do Piauí. Passar no exame era algo marcante para os alunos, como também para seus pais, já que a aprovação representava a transição para outro nível da vida escolar.

O exame constava de prova escrita e de prova oral prestada diante dos examinadores, que eram os próprios professores do ginásio picoense. Com a reforma de 1971 esse exame foi abolido.

A programação de história para o exame de admissão se exigia somente a História do Brasil, existiam na época livros específicos, que contemplavam desde o “Descobrimento” ao governo recente.



**Figura 03:** Livro Exame de admissão ao ginásio, década de 1960

**Fonte:** Acervo do autor

O primeiro prédio do ginásio de picos foi construído por Helvídio Nunes, então prefeito de Picos entre 1955 e 1959, hoje o prédio abriga a 9ª gerencia regional de educação do estado, em tempos de regime militar Helvídio Nunes construiu o atual prédio da Unidade

Escolar Marcos Parente na década de 1960. No que diz respeito identidade do ginásio Fialho Rocha (2011) afirma:

Porque foi chamado de Marcos Parente. Eu acho que deveria chamar Celso Eulálio, mas na época Celso ainda era vivo, Marcos Parente era candidato a senador que juntamente com Demerval Lobão era candidato a governador numa campanha na década de 1960 antes do golpe militar. Andavam em um jipe fazendo campanha política e sofreram um acidente o jipe virou e morreram, na cidade onde é hoje Derneval Lobão, então conta-se que foi uma comoção no Piauí a morte desse políticos, é tanto que surgiu uma figura Francisco das Chagas Caldas Rodrigues queria se candidata no lugar de Denerval Lobão e ganhou a oligarquia dos Almendra, foi um bom governo e foi o único que tinha planejamento, inclusive ele planejou a barragem da Boa Esperança. Ai logo mudaram o nome de ginásio estadual para ginásio estadual Marcos Parente. Primeiro foi ginásio municipal picoense, depois ginásio estadual picoense, depois era ginásio Marcos Parente e em 1972 mudou para Unidade Escolar.



**Figura 4:** Fachada atual do antigo Ginásio Estadual Marcos Parente datada de 2003

**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente

Com a reforma de 1971, as mudanças se deram não só na nomenclatura, mas no currículo também, em Picos, conforme Fialho Rocha:

Até 1972 as escolas eram chamadas de grupo escolar, depois da reforma passou a ser chamado de Unidade Escolar. Cada escola tinha sua autonomia, tinha o diretor que escolhido pelos políticos, ninguém chegava a ser diretor por meio de voto, essa questão do voto já foi agora depois do governo de

Wellington Dias. Até 1972 cada Unidade Escolar tinha sua vida própria, a partir de 1972 todas as escolas foram agrupadas no complexo escolar. Quem coordenava esse complexo primeiro foi um superintendente que era Luís Pereira de Sousa tinha coordenação pedagógica, composta pelos coordenadores Alerte... Em 1975 a primeira coordenadora de Estudos Sociais Foi Conceição Albano, foi criado no complexo escolar a figura da orientadora educacional, o professor Albano, Maria Bernadete e Zé Maria foram convidados. Eles fizeram esse curso e Conceição saiu da coordenação e Luís Pereira a chamou para assumir a coordenação.

Desse modo, foi criado em Picos, um órgão de fiscalização do ensino denominado de Complexo Escolar de Picos, que tinha a atribuição de fiscalizar a implantação da reforma, fiscalizar o currículo, é como se fosse a atual 9ª Gerencia regional de educação, vivia-se num estado civil-militar onde a fiscalização era brusca, principalmente no setor educacional, uma vez que este formava os valores morais da época. O professor Inácio Baldoíno de Barros anos mais tarde ocuparia o cargo de superintendente do Complexo Escolar de Picos.

#### **2.4 O ensino secundário e o ensino de história**

Segundo Fonseca (1993, p. 49) o ensino de História na escola fundamental brasileira esteve desde sua inclusão nos programas curriculares (século XIX), fortemente articulado as tradições europeias.

Partindo dessa afirmação e com base nos manuais didáticos analisados, pode-se perceber a cristalização de um modelo de ensino de história que duraram décadas, pautado na divisão tradicional: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História contemporânea, o ensino da historia nacional era apenas uma espécie de apêndice, somente no Estado Novo e que a História do Brasil surge como disciplina independente no ensino secundário.

O que se pode perceber e que apesar da lei de diretrizes e bases ter sido promulgada em 1961, com base nos depoimentos dos professores, dos livros analisados e da organização curricular, percebe-se que ambos os professores trabalhavam com o currículo de história de 1951, por isso optamos por analisamos com maior profundidade. Isso se explica pela escassez de livros na época. Conforme Fialho Rocha (2011):

Até em 1972 a gente dava aula por conta própria, se tivesse 3 ou 4 professores, cada um planejava sua aula nem um sabia o que o outro estava trabalhando, usava até livro didático diferente, não tinha planejamento de conteúdo, nem de disciplina, cada professor planeja sua disciplina seguindo o livro didático, eu nunca dei aula sem fazer plano de curso, utilizava o

Borges Hermida. Não política pública para o livro escolar, nós éramos que comprava ou então o colégio dava algum livro que tinha, tanto no ensino privado como no público não tinha, a gente adotava o livro, alguns compravam e outros não. Não tinha escolha, pois não havia xeros e nem mimeógrafos. O colégio cedia o livro para eles irem até a livraria e comprar.

A portaria ministerial nº 966, de 2 de Outubro de 1951, denominada de Reforma Pedro Couto aprovou os programas mínimos elaborados pela congregação do Colégio Pedro II para cada disciplina, essa portaria obrigava todos os estabelecimentos de ensino a adotar esses programas, todavia eles tinham que adequá-los a sua realidade escolar. O novo currículo de História entrou em vigor em 1952. Ficando na modalidade ginasial estruturado do seguinte modo:

**Quadro 01:** Panorama do currículo de História.

<b>Reforma Gustavo Capanema</b>	<b>Reforma Pedro Couto</b>	<b>Lei 4024/1961</b>
1ª série – História Geral	1ª série – História do Brasil	1ª série – História do Brasil
2ª série – História Geral	2ª série – História da América	2ª série – História do Brasil
3ª série – História do Brasil	3ª série – História Geral	3ª série – História Geral
4ª série – História da América	4ª série – História do Brasil e História Geral	4ª série – História Geral

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

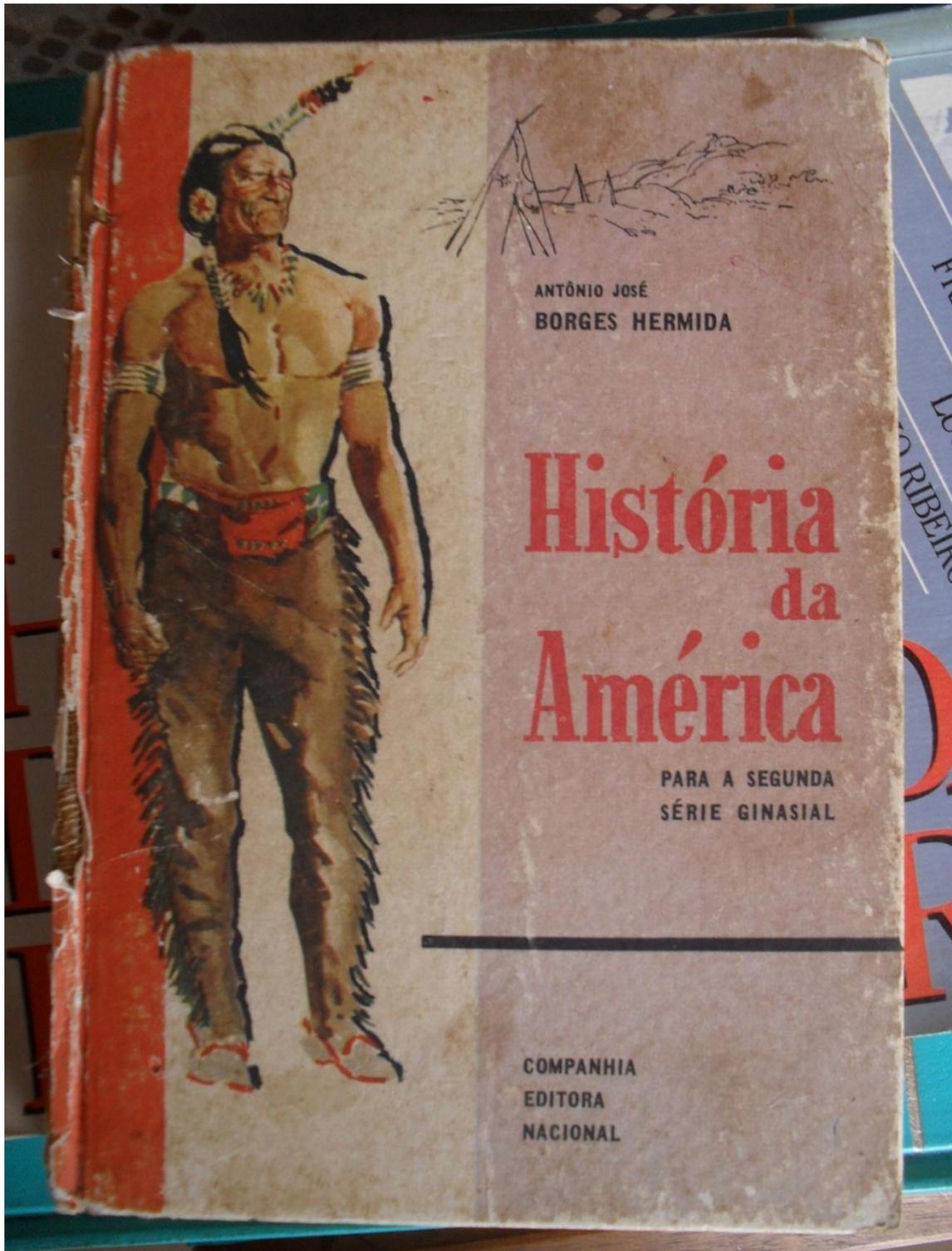
Nas palavras do professor Inácio Baldoíno de Barros (2011) em 1968 a estrutura do ensino de História no Ginásio Estadual Marcos Parente Esta estrutura da seguinte forma: “No ginásio era estudada história do Brasil, mais leve. No segundo ano era a história da América, inclusive o Brasil, ai no terceiro e quarto ano era história geral”.

COLÉGIO ESTADUAL "MARCOS PARENTE"														
PICOS - PIAUI														
												1.º CICLO		
	Português	L. S. do Piauí	Francês	Inglês	Matemática	Ciências	H. Geral	H. do Brasil	Geog. Geral	G. do Brasil	Técnicas Comerciais	Desenho	C. Orfeônico	Nota Global
1.ª Série	53		5,0		64	86	-	99	79					85,6
<i>Ginásio Estadual Marcos Parente 1965</i> Nome do estabelecimento _____ Ano _____ Nome _____														
2.ª Série	62		7,7		85	87	-	76	74	-	-	-		92,83
<i>Colégio Estadual Marcos Parente 1966</i> Nome do estabelecimento _____ Ano _____ Nome _____														
3.ª Série	42		6,5		70		-	78	71		95	85		72
<i>Colégio Estadual Marcos Parente 1967</i> Nome do estabelecimento _____ Ano _____ Nome _____														
4.ª Série	56	80			95	80	92	80	-	-		71	71	78
<i>1968</i> Nome do estabelecimento _____ Ano _____ Nome _____														
DIRETOR						SECRETARIO								

**Figura 05:** Histórico Escolar datado de 1968

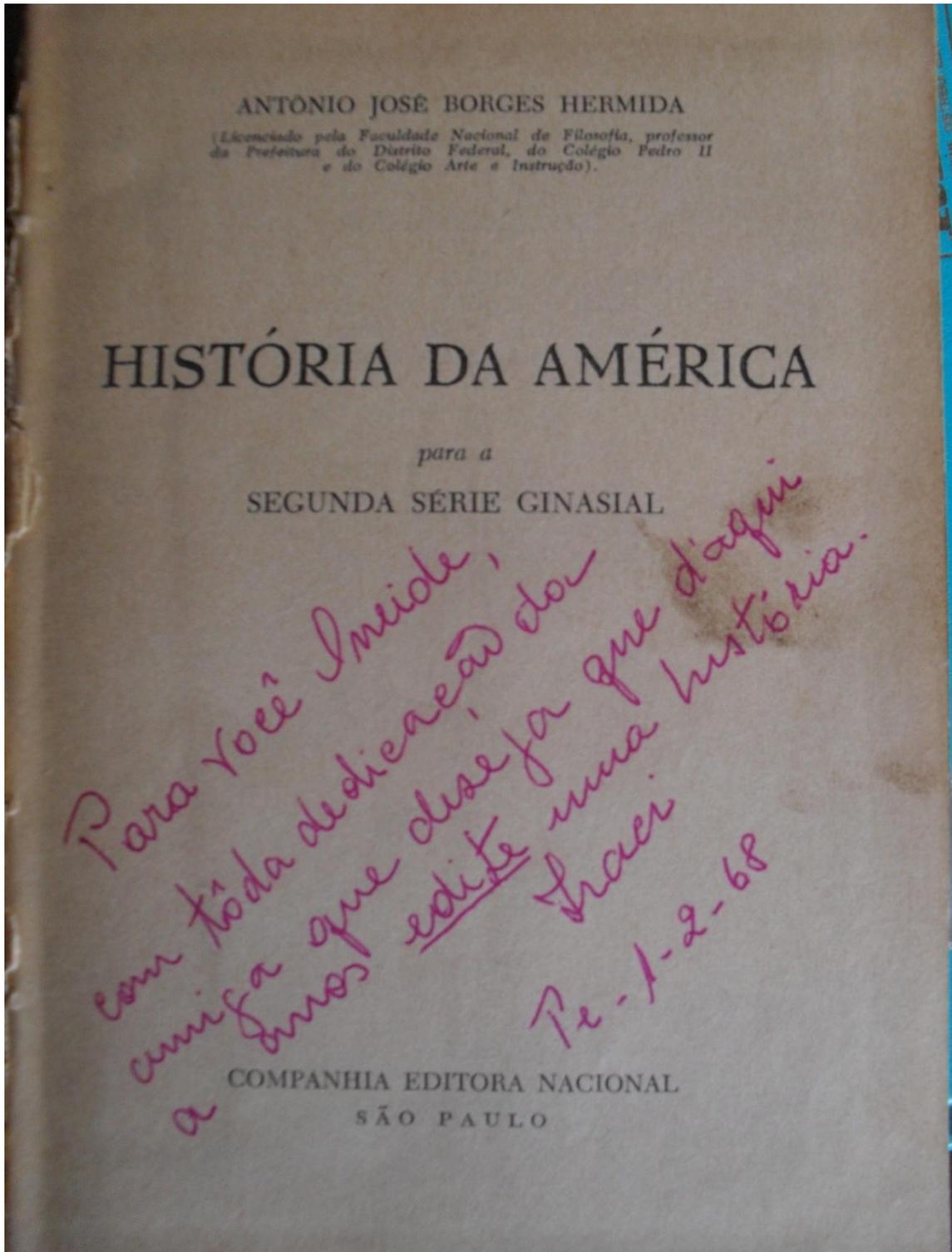
**Fonte:** arquivo morto da Unidade Escolar Marcos Parente

Deve-se lembrar de, porém que a lei de diretrizes e Bases de 1961 excluía a disciplina História da América, tornado esta apêndice da História geral, privilegiando o ensino da História do Brasil e História Geral, a primeira devendo ser vista nas primeiras séries do curso médio na modalidade ginásial e a ultima nas duas ultimas séries. Privilegiando uma história factual e elitista.



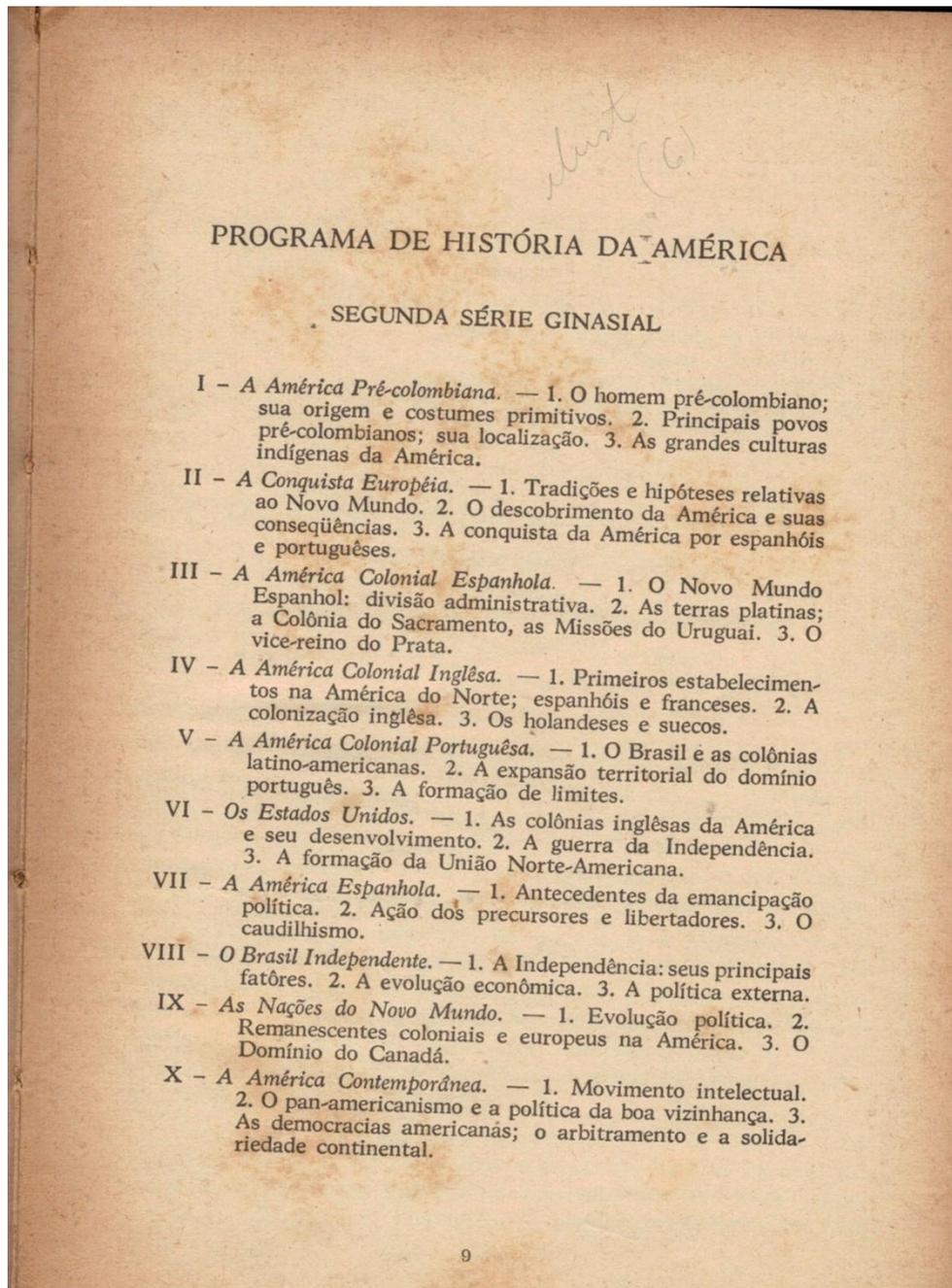
**Figura 06:** Foto do livro do Borges Hermida (utilizado pela professora Oneide Rocha no seu primeiro ano de magistério)

**Fonte:** Acervo pessoal



**Figura 07:** Folha de rosto do Borges Hermida (utilizado pela professora Oneide Rocha no seu primeiro ano de magistério)

**Fonte:** Acervo pessoal.



**Figura 08:** Programa de história da América, 1951.  
**Fonte:** História da América, 2ª série ginasial, Borges Hermida.

Rodolfo Calil (2010, p.14) apresenta,

(...) a principal especificidade do ensino secundário, entre 1946 e 1961. Integrante do currículo do ensino secundário desde a primeira metade do século XIX, quando foi incluída no plano de estudos do colégio Pedro II, a disciplina de história, no contexto da expansão deste nível de ensino, durante, as décadas de 1940 e 1950, transformava-se, ou ao menos pretendia, para adaptar-se à nova configuração curricular, cada vez mais científica e menos humanística.

Criticada por ser, dentro deste currículo científico, uma disciplina voltada para a formação de uma cultura geral e erudita,

[...] desvinculada de formação que fornecesse aos alunos elementos de autonomia intelectual ante os desafios econômicos impostos pelo setor empresarial e pelas políticas desenvolvimentistas, que visavam ao crescimento industrial tecnológico, [...] (BITTENCOURT, p.188-182).

## 2.5 Os livros didáticos de história e o regime militar

Levando-se em conta que o contexto educacional estudado tem como plano de fundo o regime militar brasileiro, e este por sua vez influenciará a educação como um todo, dando uma nova roupagem e havendo uma transição de uma educação intelectual elitista para educação de massas.

Desde o Estado Novo, com a instituição da CNLD, que o poder público envolve-se com a política de produção, distribuição e circulação do livro didático, e sendo o livro de história a menina dos olhos de ouro do governo, uma vez que é portador de ideologia, é nele que será transmitida a ideologia do estado, ou melhor, do governo.

A política educacional do estado militar, desde o início do regime o apogeu do regime, o estado assumiu o papel ditatorial pautado no crescimento econômico sobrepondo as necessidades trabalho.

Nesse sentido a obra de Germano (2005) pode ser um bom aporte teórico, uma vez que aborda o desenvolvimento da política educacional do regime militar em quatro eixos:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência o estado militar e ditatorial não consegue exercer total controle e completo da educação.

2) Estabelecimento de uma relação direta e mediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista o que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino de segundo grau, através da pretensão profissionalização.

3) Incentivo a pesquisa vinculada a acumulação de capital.

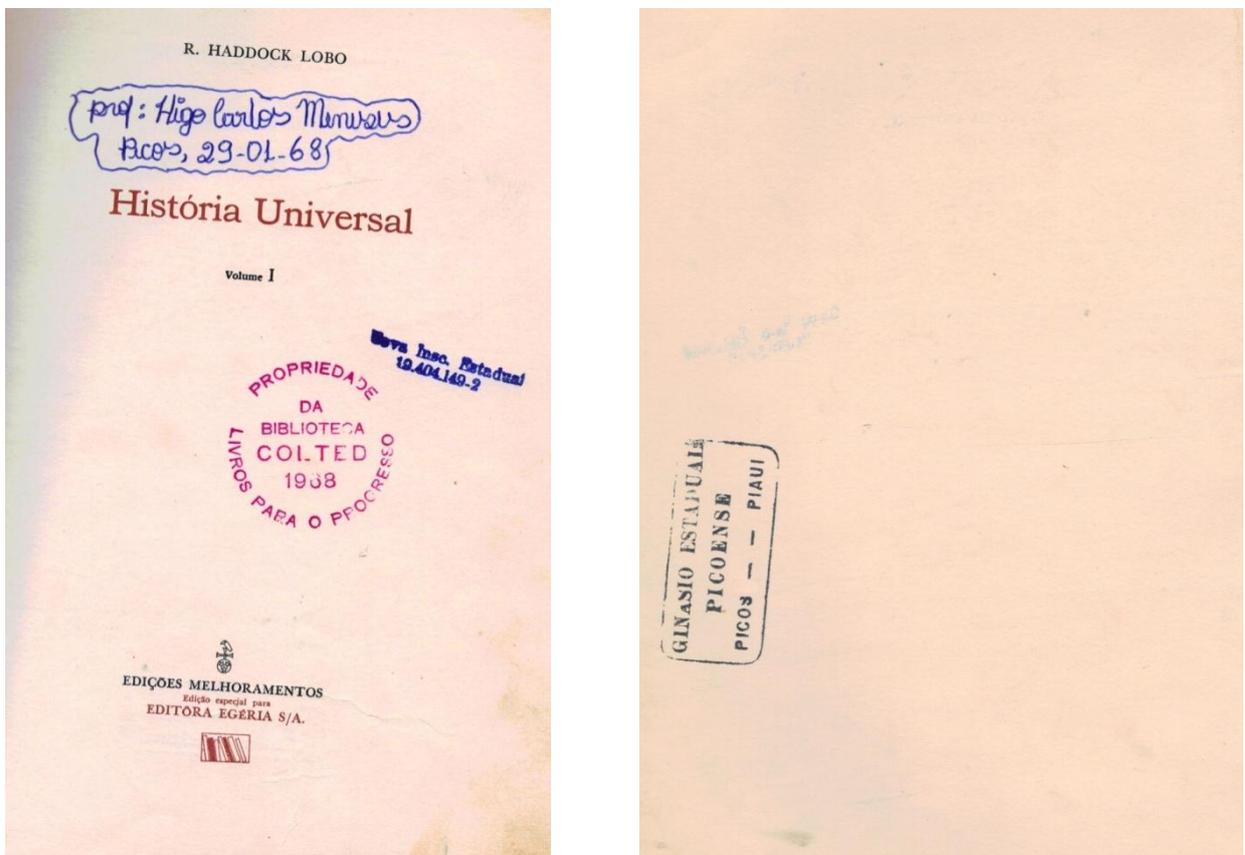
4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando na prática, o discurso da valorização da educação escolar. (p. 105 e 106)

A prova dessas afirmações são os acordos MEC/Usaid que atingiram todo o sistema educacional brasileiro, e é por meio deste acordo que o mec cria a COLTED, onde o

ministério da educação assumiu as responsabilidades de coordenar a distribuição de livros técnicos e didáticos.

O presidente da Colted, Edson Franco (1969 apud KRAFZIK, 2008 p.59) declarava:

A COLTED não é uma instituição a mais para fazer o que já vem sendo feito por outras tantas. Seu objetivo é por demais importante, reside em construir e fazer bibliotecas nas escolas com um disponível de publicações que permita a alteração da mentalidade pelo uso dos livros escolares de recreação. Por outro lado, visa concorrer à expansão da indústria do livro pelas grandes tiragens de obras técnicas, didáticas e recreativas (FRANCO, 1969).



**Figura 09:** História Universal, Haddock Lobo, 1968.

**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente

Munakata (2006) observa que era uma forma do estado manter sua atitude atuante e vigilante podendo participar diretamente, quando necessário da produção e distribuição dos livros técnicos e didáticos.

Em 1968 é posta em prática a proposta de se avaliar os livros didáticos, inicialmente para o ensino primário, a avaliação por sua vez mostrou a má qualidade das obras didáticas que circulavam no mercado. Publicou um material em 1968 abordando como deveria ser

utilizado o livro didático, a Colted foi extinta em 1971 e com isso iniciou-se uma política de coedição de livros didáticos do Estado com o mercado de livros didáticos.

Surgiu após a extinção da COLTED o a parceria lícita entre estado e o capital privado por meio da coedição, por meio desta o INL (Instituto Nacional do Livro) passou a ser desenvolvido o PLIDEF Programa do Livro Didático para o ensino fundamental.

Segundo Filgueiras (2011, p. 201), com o decreto nº 68.728/71, o INL se tornou responsável pela produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e livros didáticos, encarregando-se de definir as diretrizes do programa editorial e os planos de ação do MEC.

Com a coedição, o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático (PLD) e seus desdobramentos, dentre eles o Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental (PLIDEF) e o Programa do Livro Didático para Ensino Médio (PLIDEM).

De acordo com Oliveira (1984, p.58), o PLIDEF estabelecia com mais detalhes os seus objetivos: coeditar livros didáticos para as matérias do núcleo comum do ensino do 1º grau; distribuir os livros coeditados para as escolas públicas, por meio do convênio com as Secretarias de Educação dos estados; proporcionar o barateamento dos livros; colaborar no aperfeiçoamento do padrão técnico-pedagógico do professor brasileiro, com a distribuição do manual do professor; implantar o Banco do Livro, buscando prolongar a vida útil dos manuais. Os objetivos do PLIDEF determinavam também a seleção e avaliação dos livros didáticos, visando estimular suas qualidades. Com o PLD sob-responsabilidade do INL, pretendia-se fazer prevalecer, na seleção dos títulos a serem coeditados, critérios técnicos e pedagógicos (Oliveira 1984, p.58).

As obras inscritas pelas editoras no INL para coedição com o PLIDEF eram encaminhadas ao Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do MEC para avaliação técnico-pedagógica. Ao inscrever as obras, as editoras pagavam uma taxa de avaliação para cada exemplar enviado ao INL.

Por meio da Lei nº 5.692, o ensino primário e ginásial foram unificados, sob a denominação de 1º grau, com duração de oito anos obrigatória para crianças e adolescentes dos sete ao quatorze anos. A nova legislação acabou com o exame de admissão, que era considerada uma das maiores barreiras para acesso ao ensino secundário e que contribuía para a elitização desse nível de ensino. Com a criação do 1º grau e a obrigatoriedade desse nível de ensino, instituía-se definitivamente a expansão de ensino. O novo público escolar, que já vinha aumentando desde o fim dos anos 1950 cresceria enormemente a partir da década de 1970.

Segundo Martins (2002 p.144), o CFE teve destacada atuação no processo da reforma educacional por ser um órgão "incrustado no Estado", que utilizou a máquina legal para agir e estabelecer um discurso sobre a educação, definindo em grande medida, por meio dos currículos prescritos, uma cultura escolar" (2002, p. 54). O currículo elaborado pelo CFE tornou-se o elemento mais importante da reforma do ensino de 1º e 2º grau. O núcleo comum para o 1º e 2º graus foi composto das seguintes matérias: Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa), Estudos Sociais (Geografia, História e OSPB) e Ciências (Matemática, Física e Biologia). Tornou-se obrigatória, ainda, a inclusão de Educação Moral e Cívica. Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos de 1º e 2º graus.

A professora Oneide Rocha, nos mostra em sua fala como foi à adequação do currículo no antigo Ginásio Estadual Picoense, agora Ginásio Estadual Marcos Parente:

Quando eu cheguei a picos com esse curso CADES, fui chamada pra ensinar história no ginásio, eu estava habilitada a dar aula no ginásio, então eu fui para o colégio das Irmãs e ensinei para as turmas de primeira a quarta serie do ginásio (1971) e ai o Professor Luís Pereira de Sousa que foi diretor do Marcos Parente por muito tempo, ele foi superintendente do complexo escolar de picos, onde era um conjunto de nove escolas unidades escolar (9º gre), ai Luís Pereira veio aqui em casa me convidar para dar aula no Marcos Parente, ai eu fui. O Marcos Parente funcionava onde hoje funciona a 9º Gre, eu peguei várias turmas de primeira série, ai depois em 1970 foi construído o colégio Marcos Parente onde se encontra hoje. Em 1972 teve a reforma do ensino a Lei 5692, e estava em pleno período do golpe militar, e ai eles tiraram as disciplinas historia, geografia e juntara tudo em uma coisa só chamado estudos sociais, ai em 1972 acabou essa divisão de ginásio e primário, tornou-se um só e tanto que nós professores que entramos antes de 1972, nós tinha duas cadeiras porque primária era uma coisa e ginásio era outra, no meu caso fiz concurso pro primário e pro ginásio, á tanto que tinha licencia premio depois de cinco anos, ai eu tirei minha licencia premia para trabalhar no ginásio, porque o primário num tinha nada haver com o ginásio ai depois pedi um licença de 2 anos do primário para trabalhar no ginásio, ai depois quando unificou o ginásio e o primário, nós entramos então, eu fiquei dando aula de estudos sociais o objetiva é que não fosse disciplina distantes( História, geografia ) como se tivesse uma interdisciplinaridade, a ideia era boa, nós termina dando historia, geografia e ai quando foi em 1975 o sistema mudou.

Isso mostra que após a reforma proposta pelo governo os professores História da época, tendo formação na área ou não, alguns com formação mínima feita em mutirão pela CADES tiveram algumas limitações ao lecionar sua disciplina, pois ela está diretamente relacionada aos acontecimentos ligados à política do país. Além da vigilância da proposta educacional que se instalou após a implantação do Regime Militar, tiveram suas disciplinas

reduzidas e incorporadas a outras disciplinas, como Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais.

Conforme Filgueiras (2011), os Estudos Sociais procuraria ajustar o educando ao meio, "cada vez mais amplo e complexo, em que não deve apenas viver como conviver" e seria atribuída ênfase ao conhecimento do Brasil, "na perspectiva atual do seu desenvolvimento". A Geografia focalizaria a Terra e os fenômenos naturais "referidos a experiência humana" e , a História focalizaria o " desenrolar dessa experiência através do tempo. OSPB prepararia para o "exercício consciente da cidadania". Na prática, os Estudos Sociais unificou a Geografia e História e passaram a ser ministrados como disciplina escolar em todo o 1º grau, da 1ª a 8ª série. Somente no 2º grau a Geografia e História voltavam a ser disciplinas autônomas, ensinadas separadamente.

Ghiraldelli (1991, p.128) mostra que o regime ditatorial preocupava-se muito com o ensino de História, pois esta disciplina tem por característica a análise crítica dos conteúdos e a formação de pessoas com visão crítica não interessava aos militares. Um indício dessa preocupação está no fato de que a disciplina de História foi substituída nas séries iniciais pela disciplina de Estudos Sociais, que englobava conhecimentos de História e Geografia. Já nas séries do Ensino Fundamental e Secundário pela Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – OSPB.

Conforme Rodolfo Calil (2010, p. 28),

Considerando que o livro didático é uma fonte privilegiada para o estudo da história das disciplinas escolares, já que nele se encontram os conteúdos que numa época se consolidaram como constitutivos de uma disciplina e por muitas vezes organiza os conteúdos em unidades que simulam uma aula, com respectivas atividades, exercícios e avaliações, podemos supor que os conteúdos e práticas veiculadas tradicionalmente História nas escolas brasileiras tiveram grandes continuidades desde as últimas décadas do século XIX, até, ao menos, o início da década de 1980.

Partindo o Raciocínio de Calil (2010) pode-se dizer que por meio do livro didático de História é possível controlar valores morais, inculcar na cabeça dos alunos a ideologia dominante, ao mesmo tempo em que comparando os livros didáticos de diferentes épocas os conteúdos de História são praticamente os mesmos. Daí a preocupação do governo em controlar o ensino de História por meio da implantação de currículos que por sua vez interfeririam na produção dos manuais escolares.

## 2.6 Ser professor de História no Ginásio Estadual Picoense

Nas décadas de 1960 e 1970 a professora Fialho Rocha (2013) afirma que os professores de História:

Era poucos, porque só tinha uma escola, E eu era uma das professoras de história. O único que tinha ginásio era o Marcos Parente. Então á os professores de historia era Célia Neiva, Paula de todas as séries, quando foi ampliando eu entrei, depois Inácio e Ozildo Albano e Padre Madeira, mas professor de história tinha Célia Neiva, Oneide Rocha, Ozildo Albano, Inácio Balduino e tinha também uma professora chamada Celi Santos, mas ela hoje mora em Teresina. E ai na época da reforma Expedito Albano, Inácio Baldoino, Ozildo Albano, Olivia Rufino.

Quanto a formação dos professores que a atuaram no ginásio estadual picoense, posterior Ginásio Estadual Marcos Parente, eram as mínimas possíveis, levando-se a expansão dos ginásios pelo interior do estado, a escassez e a distancia das faculdades de filosofia, muitos eram normalistas como a professora Fialho Rocha (2013)

Fiz o curso CADES - Curso de aperfeiçoamento do ensino secundário, esse curso pra entrar no ginásio, nem todo mundo fazia esse curso, mas quem entrava principalmente no fim da década de 60 para o inicio a de 70, pra entrar tinha que passar por esse curso para o primário. Então eu fiz concurso para ensinar no primário, (...) então eu frequentei curso CADES (1968-1969) a gente fazia prova, assistia aula. Nesse exame a banca que avaliava os professores vinha de Fortaleza, e esse exame meu professor foi o Camilo, para esse exame tinha duas etapas, uma prova escrita na qual tirei 9.5 uma nota muito boa e dar uma aula que também fui bem, então eu passei. Quando eu cheguei a picos com esse curso CADES, fui chamada pra ensinar história no ginásio, eu estava habilitada a dar aula no ginásio, então eu fui para o colégio das Irmãs e ensinei para as turmas de primeira a quarta serie do ginásio (1971) e ai o Professor Luís Pereira de Sousa que foi diretor do Marcos Parente por muito tempo, ele foi superintendente do complexo escolar de picos, onde era um conjunto de nove escolas unidades escolar (9º gre), ai Luís Pereira veio aqui em casa me convidar para dar aula no Marcos Parente, ai eu fui.

O professor Inácio Baldoíno de Barros (2011) também nos fala de sua formação e ingresso no magistério do ensino secundário, no antigo Ginásio Estadual Picoense.

Eu fiz o ginásio aqui e em Teresina do colégio Diocesano, eu cursei vários cursos de história e geografia no curso da CADES. Naquela época nem todos eram formados, então era uma opção das pessoas cursas um curso de licenciatura curta que durava de um ano a dois.

Pode-se contar em então que nenhum dos entrevistados possuía formação em história, mas apenas formação de nível médio e uma formação de emergência denominada CADES, conclui-se que boa parte dos professores do ginásio, ou eram formados pela CADES ou eram bacharéis.

Procuraremos agora entender o que foi a CADES, programa do governo federal que surge da necessidade de prover o quadro de professores para o ensino secundário em caráter de emergência. Desse quadro de escassez de professores decorreu a necessidade imperiosa de prover o ensino secundário de um magistério de emergência, que passou a ser recrutado, a partir de 1946, através do exame de suficiência, instituído pelo Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. De acordo com esse Decreto-Lei, o candidato aprovado obtinha o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse disponibilidade de professores habilitados por faculdade de filosofia.

Nessa conjuntura sócio-econômica-educacional, o Presidente Getúlio Vargas cria pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com o objetivo de elevar o nível do ensino secundário, bem como difundi-lo. A campanha surgiu num período em que a sociedade brasileira passava por grandes transformações.

No segundo governo Vargas, a ciência e a formação dos recursos humanos são valorizadas como fatores de progresso e elementos fundamentais para o aprimoramento das forças produtivas e para a expansão do capitalismo com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer ramo do conhecimento criou-se o conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951. Para elevar o nível do ensino superior no Brasil, que se revelava incapaz de formar os quadros necessários às transformações pelas quais passava o Sistema Produtivo, Criou-se, também em 1951, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Como Avalia (ABREU, s/d apud PINTO 2011 p.10), a expansão “se processou”, “a grosso modo”, atropeladamente nos processos, confusamente nos objetivos, precariamente na qualidade”. O governo se deparou, então, com o problema da insuficiência de professores em número compatível com a expansão do ensino médio em geral e principalmente, do ensino secundário. “para todos quantos se propunham ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equiparados”.

Desse quadro de escassez de professores decorreu a necessidade imperiosa de promover o ensino secundário de um magistério emergência, que passou a ser recrutado. Masson (1993) identifica quatro momentos distintos na história da CADES: (1) Criação e

organização (1953/1957); (2) Consolidação e Expansão (1957-1963); (3) tentativa da renovação da orientação pedagógica (1963-1964); (4) declínio e desaparecimento.

A CADES foi extinta em 1971, deixando um legado de muitos professores, uns normalistas e outros sem formação pedagógica alguma lecionando no ensino secundário. Até 1972 o Colégio Estadual Marcos Parente foi à única escola de ensino secundário em Picos, quando houve a instalação em 1973 da Unidade Escolar Polivalente Desembargador Vidal de Freitas que abrigaria além do 1º grau o ensino e em 1976 instala-se em Picos 2º grau noturno.

### 3 A CULTURA ESCOLAR

Todo e qualquer objeto produzido para fins educacional é produto da cultura escolar, com o livro didático e o ensino de história, não é diferente. Desse modo compreendemos que a cultura escolar configura-se como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas.

Dentro dessa perspectiva analisamos como aconteciam aulas de História nas dependências do Ginásio Estadual Marcos Parente entre 1968 e 1975 com base nas entrevistas dos professores Inácio Baldoíno de Barros e Maria Oneide Fialho Rocha, além da análise dos conteúdos contidos nos livros didáticos utilizados por ambos, de autoria de Borges Hermida e Joaquim Silva.

Na obra o ensino de História no primário e no ginásio, da professora Miriam Moreira Leite, livro encontrado no arquivo morto da Unidade Escolar Marcos Parente, o que fica entendido que devia ser utilizado por professores da época como uma espécie de material de metodologia.



**Figura 10:** Livro de metodologia do ensino de História utilizado por professores do ginásio estadual marcos parente.

**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente.

Neste livro o professor de História é concebido como alguém que deve ser carismático, antes de tudo humano.

O que os alunos mais apreciam no professor são suas qualidades humanas. Seus conhecimentos e sua capacidade para transmiti-los são colocados em segundo plano. O professor mais apropriado não é o mais preparado, mas aquele que é alegre e releva certa plasticidade para se ajustar as situações criadas nas relações pessoais na sala de aula. [...] No caso do professor de História, do ginásio é preciso acrescentar outros aspectos de sua situação profissional. [...] no ensino de História no ginásio, as satisfações da profissão de professor vem da observação e do desenvolvimento do aluno (p. 117-118).

O professor Inácio Baldoíno de Barros (2011) descreve como eram suas aulas:

A história que eu via é a mesma que se tem nos livros hoje. E hoje ligam mais a história a economia e a outras coisas, naquela época não era tão ligada a essas coisas, que fazia parte, fazia, mas não era tão ligada! A história era um acontecimento histórico de escrever, ensinar e de fazer muitas dissertações pra poder fixar.

Segundo Moreira Leite as aulas que observam nos ginásios, ocorrem da seguinte forma. (LANGLOIS e SEIGNOBOS apud Moreira Leite, 1969 p. 124.) aponta um exemplo de uma típica aula de História:

(...) Munido de um caderno em que escrevera a série dos fatos a ensinar, lia-lo diante dos alunos, não raro dando impressão que improvisara; era a “lição”, a viga mestre do ensino histórico. (...) ao aluno competia estudar e escrever (o que designa pela expressão tomar notas). (...) Mas ninguém se preocupava em ensinar aos alunos como deveriam tomar nota, estes, na sua maioria limitavam-se a escrever rapidamente, um rascunho, que o professor ditava e a passa-lo a limpo em casa, sem se dar ao trabalho, em hipótese alguma, de procurar penetrar o sentido daquilo que ouviam ou transcreviam. (...) Para por na cabeça dos alunos os fatos considerados essenciais o professor reduziam sensivelmente a lição, compondo o “sumário”, que ditava abertamente e fazia os alunos decorarem. Logo, os dois exercícios que tomava todo o tempo da aula eram um sumário e um ditado confessado. O controle se reduzia a fazer o aluno dizer de cor o sumário e a interroga-lo sobre as palavras do professor.

Se notarmos trata-se de uma aula descrita do século XIX na França, aparentemente é a reconstrução de uma aula do passado. Entretanto ela ainda retrata muitas salas de aulas brasileiras, na entre 1960 e 1970 no ginásio Marcos Parente e até mesmo em dias de hoje.

Vimos que a entrada desses professores no magistério secundário não possuía um método bem definido, grande parte entrava por meio da indicação e não por meio de concurso

público, até por que não se era uma prática tão comum. Muitos professores eram bacharéis ou tinham apenas o curso científico ou normal, possuindo apenas o aperfeiçoamento por parte da CADES. Nesse sentido Miriam Moreira Leite (1969, p.118-119) aponta a situação de trabalho dos professores ginasiais no Brasil:

Nos 3.886 ginásios existentes no Brasil em 1964, havia 66.702 professores, sendo 35.466 do sexo feminino [...] O sistema de arregimentação de professôres (sic) de ginásio é o seguinte: em dez Estados brasileiros os professôres são admitidos nas escolas oficiais por meio de concurso público [...] os contratos são muitas vezes conseguidos através de influencias políticas e familiares. Esses fatores tornaram muito heterogêneo o nível de formação e vocação dos professores.

Fialho Rocha (2011) conta como conseguiu entrar como professora no ginásio Estadual Picoense:

Ai o Professor Luís Pereira de Sousa que foi diretor do Marcos Parente por muito tempo, ele foi superintendente do complexo escolar de picos, onde era um conjunto de nove escolas unidades escolar (9º gre), ai Luís Pereira veio aqui em casa me convidar para dar aula no Marcos Parente, ai eu fui.

Com o professor Inácio Baldoíno de Barros (2011) aconteceu algo parecido. Barros (2011) aponta que teve que fazer um curso, “era o curso da CADES pra poder sustentar o emprego” Uma vez que o mesmo só possuía formação em nível secundário e técnico. “Quem assumiu foi o professor Luís Pereira, um grande amigo meu, foi quem me levou para o ginásio.”

Hoje se concebe a História num aspecto mais cultural e social, o que Marco Bloch convencionou conceituar de Ciência dos homens no tempo. Mas será que essa concepção de História era a mesma dos professores em questão?

Para o professor Inácio Baldoíno de Barros (2011),

A história que eu via é a mesma que se tem nos livros hoje. E hoje ligam mais a história a economia e a outras coisas, naquela época não era tão ligada a essas coisas, que fazia parte, fazia, mas não era tão ligada! A história era um acontecimento histórico de escrever, ensinar e de fazer muitas dissertações pra poder fixar.

Para a professora Fialho Rocha (2011):

[...] antes eu tinha uma visão do ensino de história, que era apenas passar um determinado conteúdo da mesma forma do livro sem contextualizar sem

crítica. Um certo dia estava dando aula sobre a libertação dos escravos ai um aluno perguntou se tudo aquilo era verdade, eu disse que sim, mas eu não tinha a consciência que aquilo era a historia ---. Hoje se fosse dar aula de história, daria de uma forma diferente pois naquela época eu tinha conhecimentos sobre o conteúdo, mas não contextualizava, não questionava. O fato histórico era repassado como estava no livro didático. O ensino de história quando comecei não era muito de compreender o fato histórico, ele era desenraizado, o aluno aprendi aquilo que estava ali, as vezes nem entendia, eu aprendi da mesmo forma, minha professora passava o assunto no dia da proa sorteava um doo assuntos para fazer uma dissertação, ou seja, de 15 assuntos ela selecionava um para poder falar. Então esse é minha experiência. E hoje é mais fácil entender determinadas coisas porque eu não fico só num fato histórico, era história distante.

Isso comprova que embora já se falasse e se produzisse conhecimento sobre uma história mais social, os professores da época ainda possuíam uma visão positivista da história, pautada na exposição dos fatos sem sua crítica propriamente dita e os mesmos eram vistos como verdades absolutas. A aprendizagem do aluno estava traduzida na sua capacidade de decorar.

Para Barros (2011),

Ainda hoje fascina do mesmo jeito, é o conto histórico do acontecimento baseado no que aconteceu naquela época situando naquela época o acontecimento, e hoje em dia esta modificando tudo, veja bem, quando se fala no Zumbi e no Domingos Jorge Velho. eu vejo de uma maneira diferente, eu vejo Jorgeo herói da questão, hoje em dia acham que o herói seja zumbi. Na época em que ele viveu na época em que aconteceu tudo aquilo. Ele representava o governo e o governo não queria perder um pedaço do Brasil. E ele dizia que iria tomar. Eu acho que ele era o herói, mas hoje fala que ele era carniceiro, bandido, mandou matar todo mundo. Então eu acho isso, é contar o conto histórico da forma que aconteceu. [...] Por que eu não questiono a história do acontecimento verdadeiro. Eu ensinava o que tinha no livro, o que tinha no livro era pra ser respeitar e seguir!

Embora não houvesse livros didáticos para os alunos, ou uma política que os assistisse o professor tinha o livro dele, e o livro acabava por se tornar o próprio programa de ensino, devia-se ensinar o que tinha no livro. A história era vista em sua face factual e política, um ensino quase que militarizado, uma vez que se pautava na figura do herói nacional, uma história para firmação da burguesia dominante, desvinculada do pensamento histórico do meio acadêmico, a produção do conhecimento escolar tinha suas particularidades específicas.

O livro didático nesse sentido torna-se o agente primário dentro da sala de aula, uma vez que na mente do aluno o livro didático e o professor estão plenamente corretos e isentos

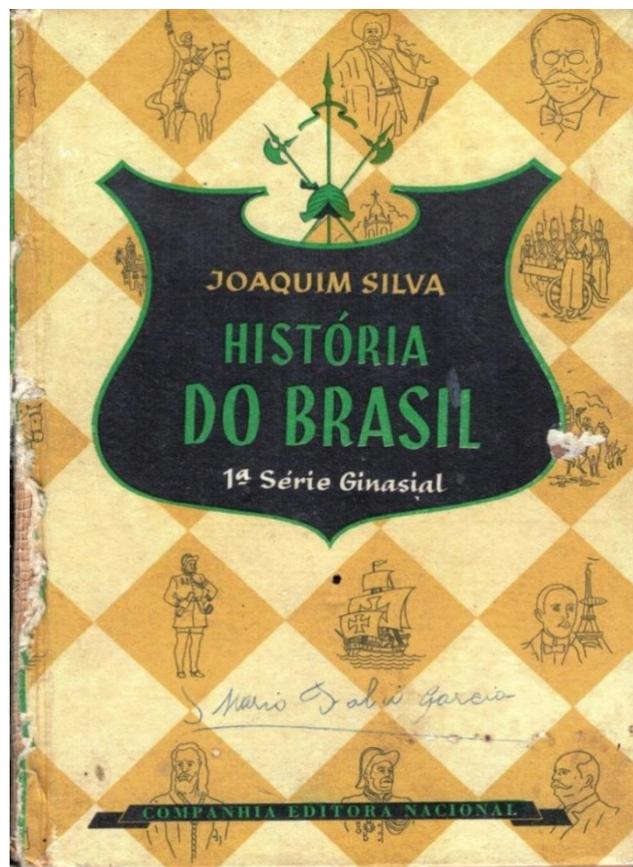
de questionamentos. Nos depoimentos há dois autores muito citados, ao nosso ver tidos como referências no meio educacional da época.

Gatti Jr (2004) mostra que até a década de 1970 os livros didáticos não tinham o seu formato atual moderno, eram pesados, de leitura densa, ao mesmo tempo em que quase não se havia atualização de conteúdo. O máximo que podia mudar era o número da edição e a capa do mesmo. Salvo em momentos de mudanças de programas, que aí o livro deveria ser reestruturado para se adequar ao novo programa. Antônio José Borges Hermida e Joaquim Silva eram os manuais escolares de História mais estudados da época.

Segundo Fialho Rocha (2011),

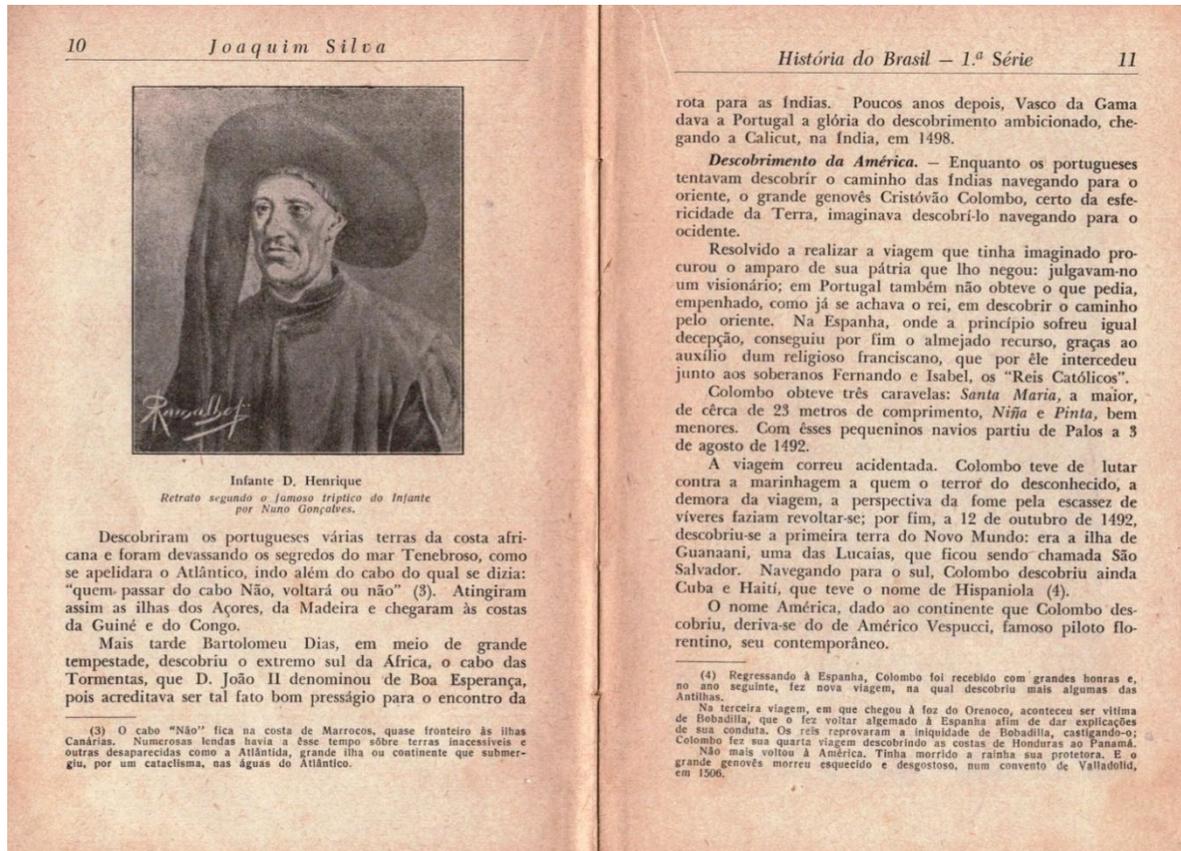
Os alunos estudava pelos livros que o autor era Borges Hermida. Agente dava aula sem nada, só o quadro, giz, sem nenhum recurso. Então nós fazia um esquema, passava questionários, mas eu não gostava muito de passa este, discutia o texto e os alunos faziam a prova daquele conteúdo.

Corroborando com isso, Barros (2011) afirma “O Joaquim Silva, Borges Hermida, mas esse usei pouco, o mais usado por mim foi Joaquim Silva. E a Oneide usava também muito ele.”



**Figura 11:** História do Brasil, Joaquim Silva, 1955  
**Fonte:** Inácio Baodoíno de Barros

Segundo Moreira Leite (1969, p.138), “O livro didático é aquele em que se faz a simplificação e a sistematização de um setor do conhecimento, a fim de facilitar sua aprendizagem”.



**Figura 12:** História do Brasil, 1ª série ginásial, 1955, Joaquim Silva  
**Fonte:** Acervo de Inácio Baodoíno de Barros

É possível perceber a exaltação da colonização portuguesa, utilização do termo “descobrimento”, de modo que não faz menção aos nativos da região, é mostrada a imagem do rei português d. Henrique sem nexos com o texto didático.

Os autores aqui analisados trabalham a História a serviço do passado nacional. A professora Fialho Rocha (2011) ainda se refere a Haddock Lobbo,

Eu tinha uma coleção de Haddock Lobo, que era mais pra consulta e ainda tenho essa coleção, depois surgiu um livro grosso de Armando Souto Maior. Nessa época as editoras iam muito nas escolas e apresentavam os autores e davam os livros do professor, a biblioteca não tinha quase nada e depois eu trabalhei com Rocha Pombo, Não ficava só com um livro, o conteúdo que eu ia dar, ficava olhando o mesmo em outros autores.

Levando-se em consideração uma breve biografia desses autores, Antônio José Borges Hermida foi um dos autores mais utilizados nas escolas brasileiras durante as décadas de 60 e 70 do século passado, sendo que, de acordo com Másculo (2010) , a tiragem anual de seu Compêndio de História do Brasil variava entre 150.000 e 250.000 exemplares. Formado pela Faculdade Nacional de Filosofia, Borges Hermida foi professor da prefeitura do Rio de Janeiro, do colégio Arte e Instrução, e também dava aulas no Colégio Pedro II. Teve os seus livros publicados pela Companhia Editora Nacional, que em 1993, depois de anos e anos de sucessos de vendas, parou de produzir as obras de Borges Hermida. (p. 28)

Junto com os livros de Borges Hermida, a produção didática de Joaquim Silva foi uma das mais utilizadas nos anos 1960, de tal modo que Másculo afirma que o seu livro “História do Brasil” chegou à 100ª edição no ano de 1961. De acordo com PINTO JUNIOR (2010, p. 32) Joaquim Silva, que tinha se diplomado pela Escola Complementar de São Paulo, no ano de 1898, foi diretor do Grupo Escolar de Tatuí e o primeiro diretor do Grupo Escolar “Visconde de Pôrto Seguro” de Sorocaba (1899-1921). Não fugindo do modelo de “professor – autor” de livros didáticos, Joaquim Silva foi professor na Escola Normal de Piraçununga, no Colégio das Cônegas de Santo Agostinho e Madre Cabrini, e no Liceu Nacional Rio Branco. Tendo sido membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, teve suas obras didáticas publicadas pela Companhia Editora Nacional, dentre as quais podem ser citadas: “História do Brasil”, para o terceiro ano colegial, de 1946; “História Geral”, para a 1ª série, de 1946; “História da Civilização”, para o curso secundário, de 1950; “História da América”, para a segunda série.

Roberto Jorge Haddock Lobo Netto foi um autor de livros didáticos durante os anos 50 do século passado. De acordo com a apresentação do autor presente no primeiro volume do da coleção História Universal, Haddock Lobo nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1902, e realizou seus estudos na Suíça, teve passagens pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e pela Faculdade do Largo São Francisco, e, em 1938, ingressou no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia da USP. Sua produção didática pode ser explicada pela sua atuação como professor, tendo em vista que Haddock Lobo lecionou em faculdades particulares como o Mackenzie e foi, também, um dos fundadores da Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo. Haddock Lobo publicou livros de diversos temas, entre eles o romance “Um Burguês Ianque Paulistano”, e livros de Geografia e até de Psicologia. Seus compêndios de História tiveram grande repercussão, alguns como “História Contemporânea e História do Brasil”, de 1957, “História do Brasil”, de 1955, “História do Brasil para primeira série do curso ginasial”, de 1958, “História Moderna e Contemporânea e

História do Brasil”, de 1959, todos publicados pela Editora Melhoramentos; História Geral-Ciclo Colegial, de 1963, publicado pela Companhia Editora Nacional; e História Econômica e Administrativa do Brasil, de 1964, publicado pela Editora ATLAS S.A.

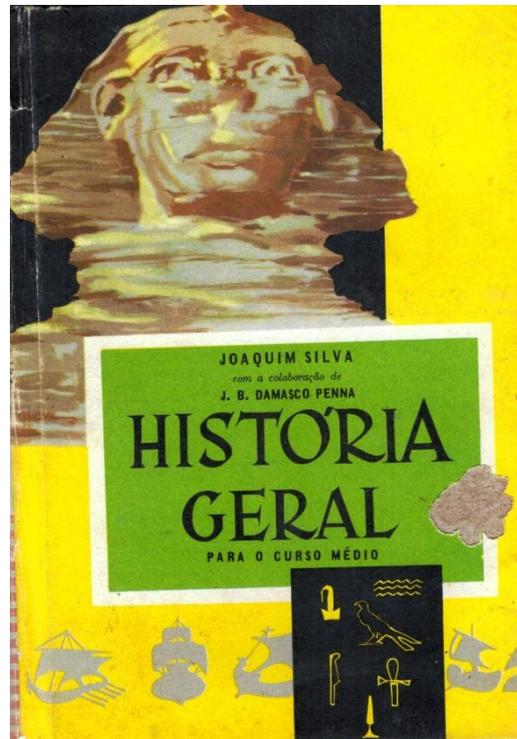
Armando Souto Maior é um autor de livros didáticos da década de 1960. Souto Maior formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1947, e em História pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1948, e foi nesta última instituição que ele atuou como professor. Foi autor de livros escolares de História do Brasil, História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea, que foram publicados pela Companhia Editora Nacional. Foi autor também do livro “Quebra-Quilos: Lutas Sociais No Outono do Império”, também publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1978.

José Francisco da Rocha Pombo foi um conhecido historiador que se tornou bastante estudado pelos pesquisadores da História do livro didático de História no Brasil, principalmente por conta da sua obra pioneira sobre a História da América. Oriá (2009, p. 239) conta que Rocha Pombo nasceu na cidade de Morretes, no Paraná, no ano de 1857, e, seguindo o modelo da maioria dos autores de livros didáticos de seu tempo, ele atuava como professor no Colégio Pedro II e na Escola Normal e era sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Porém, se as características anteriores o aproximam dos autores de sua época, Rocha Pombo era adepto de uma concepção historiográfica pouco difundida nos livros escolares, a qual buscava se opuser à influência da ideologia da civilização divulgada pela historiografia francesa de Charles Seignobos, de tal modo que o autor rejeitava a narrativa histórica que exaltava a dominação europeia sobre os povos americanos, que deveriam agora na concepção de Rocha Pombo, serem valorizados a partir de um maior aprofundamento nos estudos de sua história.

De acordo com Bittencourt (2008) esse ideal foi o que motivou Manuel Bonfim, então Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, a abrir um concurso, em 1897, para a produção de um compêndio de História da América para servir aos alunos da Escola Normal, e, não obstante, Rocha Pombo foi o vencedor do concurso, a partir de seu “Compêndio de História da América”, impresso pelo governo em 1900. Entretanto, as idéias expostas no livro de Rocha Pombo não foram amplamente aceitas. Avaliamos, portanto somente as concepções de história dos autores mais utilizados. Que foram Joaquim Silva, Borges Hermida e Haddock Lobo.

Joaquim Silva (1966, p.13):

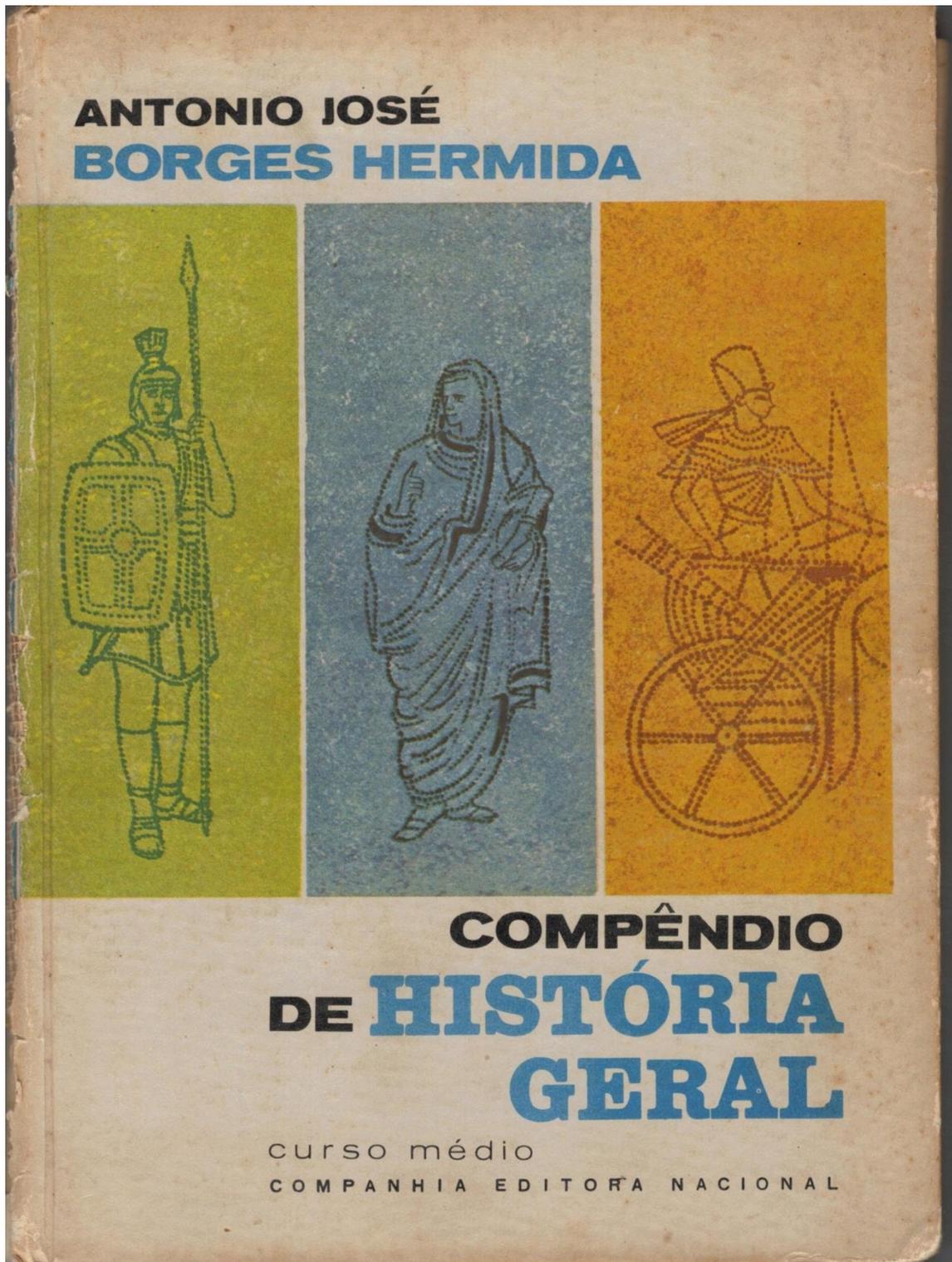
A História descreve os principais acontecimentos da vida da humanidade: o que os homens fizeram, de que modo tem vivido que inventaram como criaram as ciências, as artes, as leis, quais foram seus ideais, suas esperanças, seus planos, como foi se desenvolvendo a civilização.



**Figura 13:** Livro de História Geral de autoria de Joaquim Silva.

**Fonte:** Acervo pessoal

Borges Hermida (1969, p.13): “A História Geral estuda o passado da humanidade, desde o aparecimento dos primeiros povos, quando já possuíam escrita, o que permitiu transmitir para o futuro a narração de seus principais acontecimentos ou fatos históricos.”



**Figura 14:** Livro didático de Borges Hermida, 1969.

**Fonte:** Acevo pessoal

Haddock Lobo (1968, p. 87-90), “A História é a ciência dos fatos que se desenvolveram através dos tempos. (...) só podemos estudar a História propriamente dita dos povos que sabiam escrever”.

A concepção de história adotada pelos autores está voltada para a História como uma ciência humana, mas do passado, em nenhum dos discursos utiliza-se o termo reflexão. Isso mostra que aos alunos cabia apenas decorar os fatos e ao professor expor de modo que naquela época dentro do Ginásio Estadual Marcos Parente, a disciplina de História já tinha a imagem de decorativa e sem sentido.

O próprio professor Inácio Baldoíno confirma isso ao afirmar que a missão do professor de História era contar o “conto” histórico como realmente foi e estaca no livro, e ao arrependimento da professora Oneide quando afirma que se voltasse a ensinar história hoje, por ser uma professora universitária e está em sintonia com as mais diversas formas de conhecimento hoje ensinaria de forma diferente.

Analisaremos aqui alguns fragmentos da História do Brasil retirados de alguns dos livros do corpus documental

O Brasil foi sempre amigo da justiça e da paz. Toda a nossa vida como Estado Livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro em perfeita consonância com a vontade da nação. P. 327. Durante o tempo do regime republicano, excetuando-se apenas as rupturas decorrentes das duas grandes guerras mundiais, o Brasil manteve-se em amizade com todas as nações, menos com o governo russo (URSS) cuja atitude nos obrigou ao rompimento de relações diplomáticas. (SILVA, 1968, p. 328)

No Brasil o escravo negro participou de todas as atividades. Por isso foi muito intenso o tráfico de africanos (p. 265). Quanto ao tratamento que no Brasil se dispensava aos negros, era em geral mais humano que nos outros países. A prática da religião católica pelos proprietários muito contribuiu para esse tratamento, evitando que os escravos sofressem castigos cruéis e permitindo o seu descanso nos domingos e nos muitos dias santos. Por isso quando foi feita a abolição, muitos escravos preferiram ficar nas fazendas trabalhando com seus antigos senhores. (HERMIDA, 1969, p. 266-267)

No decorrer de 1963, e principalmente nos começos de 1964, vinha ocorrendo na vida nacional uma infiltração comunista cada vez mais acentuada. O país não podia concordar com essa infiltração, contrária às tradições cristãs. E deu mostras claras desse desacordo, com a realização em 19 de Março de 1964, em São Paulo, de imponente manifestação popular: como protesto público contra o comunismo, milhares de pessoas, desse estado e de doze outros estados desfilaram na chamada Marcha da Família com Deus pela liberdade. Com esse apoio popular maciço, igualmente presente em todo o Brasil, um grupo de autoridade civis e militares fez a 31 de Março de 1964, fulminante movimento revolucionário do qual resultou a deposição do Sr. João Goulart. (SILVA, 1968, p. 319-320)

Os livros estão a serviço de uma pedagogia do cidadão, pautados numa história nacionalista, factual e política, baseados apenas na exposição dos fatos, sem análise destes, e com omissão de algumas informações.

A reforma proposta pela lei federal 5.692 de 1971 trouxe a aglutinação das disciplinas de História e Geografia, as transformando em Estudos Sociais. Anteriormente ainda sob a vigência da lei 4024 de 1961 os Estudos Sociais foram introduzidos entre as disciplinas optativas para o curso secundário na modalidade ginasial. Mas somente por meio da reforma de 1971 houve sua implantação no rol das disciplinas obrigatórias. Para os agora ensinos de primeiro e segundo graus. Os Estudos Sociais compõem obrigatoriamente Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil.

Segundo Hofling (1981, p. 27) O parecer 853 deixava claro que os objetivos dos Estudos Sociais eram “o ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo em que não só deve viver”.

Hofling (1981) ainda acrescenta que a Organização Social e Política no Brasil foi introduzida como objetivo de reforçar o objetivo de preparo para o “exercício consciente da cidadania”.

A receptividade por parte dos professores do Ginásio Estadual Marcos Parente.

Inácio Baldoíno:

Não, ninguém reagiu em principio, mas depois eles começaram a pressionar ai a gente começou a usas estudos sociais que juntava as duas matéria história e geografia e num teve tanta diferença no inicio. Ai depois todo mundo estava brigando para voltar ao normal com história e geografia separada. Era as únicas disciplinas que juntaram era história e geografia, quando dava essas matérias dava uma parte de ciências também. (BARROS, 2011)

Percebe-se na fala de Barros (2011) que nos primeiros anos o corpo docente do Ginásio Estadual Picoense continua dando ministrando as aulas no formato anterior a reforma, somente após interferência do poder público que passaram lecionar conforme com integração das disciplinas da área de Estudos Sociais.

Fialho Rocha (2011) observa que:

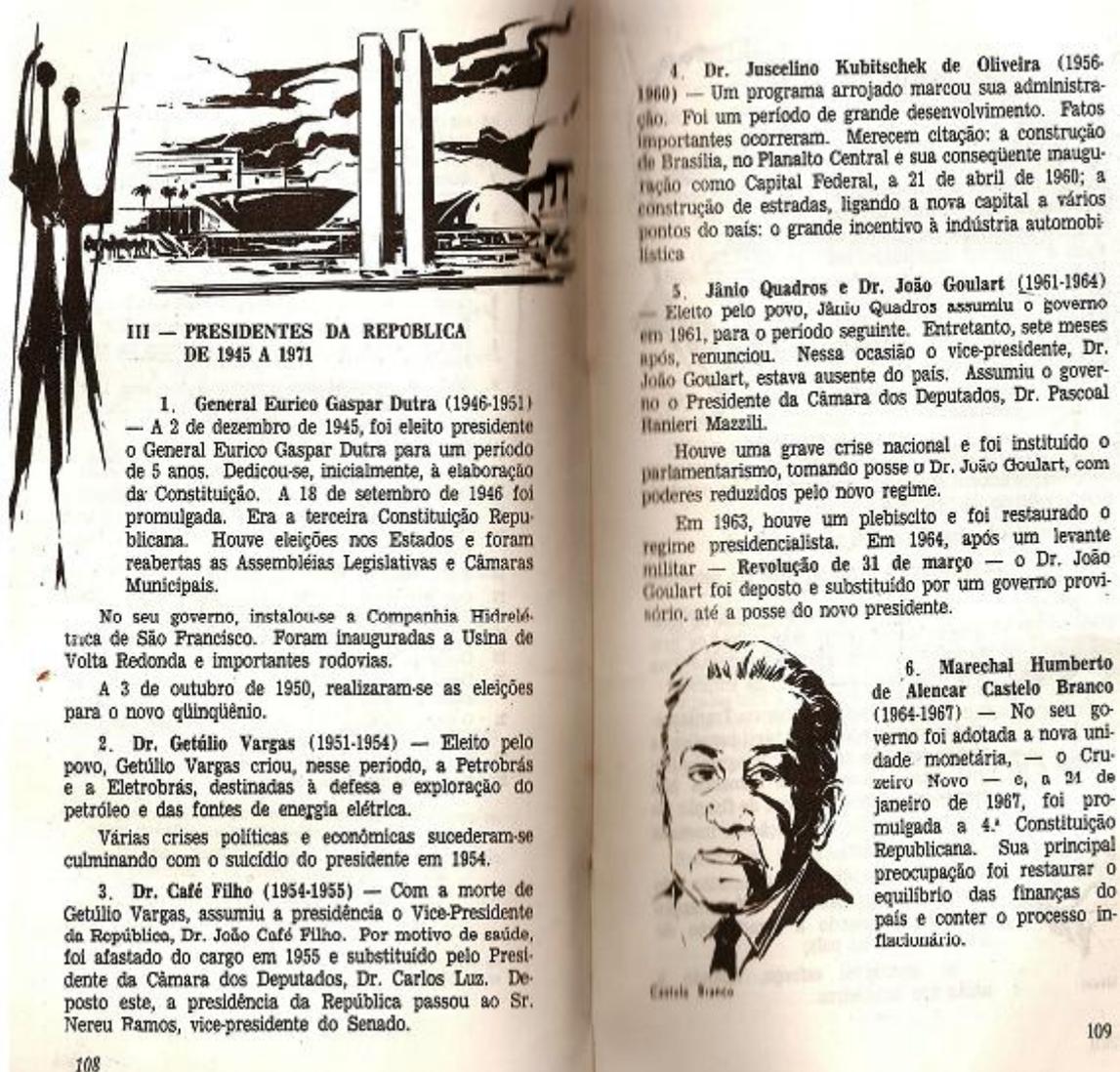
Em 1972 teve a reforma do ensino a Lei 5692, e estava em pleno período do golpe militar, e ai eles tiraram as disciplinas historia, geografia e juntara tudo em uma coisa só chamado estudos sociais, ai em 1972 acabou essa divisão de ginásio e primário, tornou-se um só e tanto que nós professores que entramos antes de 1972, nós tinha duas cadeiras porque primária era uma coisa e ginásio era outra, no meu caso fiz concurso pro (sic) primário e pro ginásio.

A partir da 3º seria tinha coordenado de estudos sociais, ciência, matemática e de letras portuguesas e Inglês, e na época tinha também surgiu o ensino profissionalizante, então os alunos tinham as técnicas comerciais, agrícola a educação parla e a também as técnicas industriais, além deles pagarem teórica ele tinham a parte prática e era no Vidal de Freitas

...A primeira coordenadora de Estudos Sociais Foi Conceição Albano, foi criado no complexo escolar a figura da orientadora educacional, o professor Albano, Maria Bernadete e Zé Maria foram convidados. Eles fizeram esse curso e Conceição saiu da coordenação e Luís Pereira a chamou para assumir a coordenação. Então em 1975 eu deixei de ser professora em sala de aula e fui orientar o ensino do complexo escolar nessa época o governo de Wall Ferraz fez um convenio com a Universidade Federal do Piauí, que nessa época tinha começado a ser chamado universidade, antes em 1971 só tinha faculdade e aqui no Piauí só tinha três Faculdade de Letras, Direito, --- Elas eram isolada a partir de 1971 foi criado o campus da ininga, que hoje funciona o Petrônio Portela. Em 1975 o Wall Ferraz fez um convenio com a universidade federal para qualificar os professores, cada um em sua área. Ela ofereceu um curso de licenciatura curta, não era de licenciatura plena, mas nós fizemos vestibulares e não era todo professor que podia ir, tinha que ser o professor que tivesse lecionando aquela disciplina, por exemplo: eu trabalhava com estudos sociais então eu fiz vestibular para estudos sociais. Fiz o vestibular passei, e todo período de férias ( Janeiro, Fevereiro e Julho ) isso em 1974. Terminamos o curso em 1976, e ai nós ficamos com o diploma de licenciaturas curta de estudos sociais, nós podia lecionar no ginásio.

Os Estudos Sociais eram incluídos como disciplina autônoma na 5ª e 6ª série do 1º grau, a OSPB, nas demais séries do primeiro grau maior e segundo graus estava estruturada no formato de área.

Observando os livros didáticos que circularam durante o regime militar pode-se atentar que tentavam impor sua ideologia através dos conteúdos. Pelo livro didático de Therezinha de autoria de Dione de Godoy Araújo, percebe-se que a disciplina de Estudos Sociais abordava positivamente as contribuições feitas pelos presidentes desde 1945 até 1971:



**Figura 15:** Os presidentes da república de 1945 a 1971  
**Fonte:** ARAÚJO, 1972.

No que diz respeito a forma como os alunos do Ginásio Estadual Marcos Parente nesse período, pode-se perceber que a avaliação ainda estava atrelada a um modelo mecânico baseado ainda na decoreba de conteúdos.

Geralmente os professores produziam textos datilografados com base nos livros didáticos já citados

(A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL DE 1914 a 1918 - CONTINUAÇÃO FOLHA 04)

Em 1916 os alemães desencadearam uma grande ofensiva sobre Verdun, zona difícil de defender e reabastecer. Durante seis meses, os franceses comandados pelos generais Rétain e Nivelle, mantiveram as suas posições enquanto as forças aliadas, por sua vez, atacavam a região do Sona. Ao final do ano de 1916, as posições de um e outro lado eram quase as mesmas que no princípio desse ano.

A continuidade das hostilidades gerava em todos o cansaço e o desânimo. A população civil sofria dificuldades e privações e esboçavam-se em várias partes greves e agitações sociais que os governos tinham dificuldade em dominar.

A partir de 1917 decidiram os alemães intensificar a guerra submarina a fim de enfraquecer a economia inglesa. O ataque indiscriminado a navios inimigos e neutros, prejudicando gravemente o comércio dos Estados Unidos, levou este país a intervir no conflito a 02 de abril de 1917.

Em 1917 estoura na Rússia a revolução bolchevista e derruba o governo do czar Nicolau II. Negociada uma paz em separado pelo governo revolucionário, puderam os alemães deslocar para a frente ocidental milhares de soldados. Sob o comando dos generais Hindenburg e Ludendorff promoveram então uma grande ofensiva na região do Harna. Contudo, já havia desembarcado na França um milhão de soldados americanos, acompanhados de moderno material bélico. A guerra ia entrar na sua última fase. A contra-ofensiva francesa dirigida pelo general Foch obrigou os alemães a recuar.

Os alemães e seus aliados tinham chegado ao limite das suas reservas em potencial humano e econômico. O bloqueio marítimo aliado impediu-lhes o reabastecimento de matérias-primas. Em três meses, a Alemanha passou da ofensiva às negociações de paz.

#### Fin da Guerra

Em outubro de 1918, o governo alemão propôs a paz. E no dia 11 de novembro de 1918, foi firmado o armistício entre o general Foch e os representantes da Alemanha, no verão de Compiègne.

#### As Consequências Políticas e Econômicas

- a) O aparecimento de novas nações.
- b) A Rússia, deste setembro de 1917, república socialista, tornou-se em novembro do mesmo ano bolchevista (comunista).
- c) O desmembramento do Império Austro-húngaro.
- d) Hegemonia do militarismo francês, em decorrência do desmembramento alemão.
- e) A Inglaterra dividiu sua hegemonia marítima com os Estados Unidos.
- f) O enriquecimento dos Estados Unidos.
- g) A depreciação do marco, moeda alemã.
- h) A crise mundial de 1929.
- i) O protecionismo que impossibilitou a Alemanha de pagar suas dívidas por meio de exportação.
- j) O encarecimento do custo de vida, em razão das devastações e despesas de guerra.

História Geral de A. Souto Maior - 18ª edição - pag. 387 a 394.

**Figura 16:** Apostila de História s/d.  
**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente.

B N°17 TURMA B HERCILIO

TESTE DE HISTÓRIA

NOBRE Herculio Jônacio Fernandes Nº 17 TURMA B DATA 01-12-78

1- Quais foram os dois fatores importantes que contribuíram para o desenvolvimento?

R A CANA DE AÇÚCAR, E O ENXERTO MOVIDO À ÁGUA

2- O sul e o centro adquiriram pujança econômica? Cite duas.

R pela fertilidade do solo, e o plantio do café

3- Que compromisso assumiu o governo de D. Pedro I?

R \_\_\_\_\_

4- DESDE QUANDO SE PENSOU NA ABOLIÇÃO DO CATIVO?

~~DESDE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL~~

R DESDE DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

5- Quais as fases que compreende o segundo Reinado?

R \_\_\_\_\_

6- O que aconteceu por volta de 1840 quando a idéia da abolição ganhou novo impulso?

R \_\_\_\_\_

7- Finalmente qual a lei que continha apenas 2 artigos e quais os artigos?

R A LEI AURÉA

**Figura 17:** Prova de História datada de 1970.  
**Fonte:** Unidade Escolar Marcos Parente.

Percebe-se que a prova, datada de 1970 contém apenas datas, questionamentos sobre fatos políticos, onde é dificultado ao aluno ele construir um texto próprio, mas a própria avaliação o força a decorar. Vê-se que o assunto abordado no que é denominado Teste de

História é o Segundo Reinado. O primeiro exercício pergunta “Quais os fatores foram importantes para o desenvolvimento?” não deixando claro ao aluno, desenvolvimento de que? Além disso, pelo baixo rendimento percebe-se que o aluno teria dificuldades em memorizar dados, uma avaliação mecânica composta de sete questões apenas dissertativas, não há contextualização. A apostila produzida pelo professor tem como tema a Primeira Guerra mundial, por sua vez nada mais e do que um resumo do próprio livro, a referência que nos é dada é o livro História Geral de autoria de Armando Souto Maior, livro utilizado como fonte de pesquisa pela professora Maria Oneide Fialho Rocha. Isso mostra a dificuldade dos alunos adquirirem livros.

Observaram-se também nas atividades propostas pelos livros do período um discurso de viés nacionalista, seguindo a ideologia do poder instituído:

**7. Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969)** — Assumiu a presidência procurando seguir a mesma diretriz do seu antecessor. Seu mandato iria até 15 de março de 1971. Impedido, entretanto, de permanecer na presidência por motivo de saúde, o marechal Costa e Silva foi substituído, em 31 de agosto de 1969, pelos ministros militares da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar: Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Sousa e Mello, respectivamente.



Costa e Silva

**8. General Emílio Garrastazu Médici** — Eleito pelo Congresso Nacional assumiu o governo a 30 de outubro, para o período de 1969-1974.

Principais realizações de seu governo:

a) VIII recenseamento geral do país, em setembro de 1970;

b) instituição do Programa de Integração Social (PIS), com o fim de promover a participação do empregado na vida e no desenvolvimento da empresa;

c) construção da rodovia Transamazônica, que levará incalculável benefício a vastas áreas da Amazônia: integração fluvial com o aumento da demanda nos transportes fluviais; planos de fixação do homem à Região; exploração de imensas riquezas naturais;

d) lançamento da campanha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), visando à erradicação do analfabetismo no país;

e) incansável esforço, visando à união dos brasileiros.



Médici

f) visita do General Médici aos Estados Unidos da América do Norte, em dezembro de 1971.

g) em 1972, comemorações em todo o país do sesquicentenário da Independência do Brasil (150 anos) sendo trasladados de Portugal para o Museu do Ipiranga, em São Paulo, os restos mortais de D. Pedro I.

h) inauguração, em 1974, da hidrelétrica de Ilha Solteira.

**9. General Ernesto Geisel** — Eleito a 15 de janeiro de 1974, pelo Congresso Nacional, assumiu a presidência da República a 15 de março de 1974, para o quinquênio 1974-1979.



Dentre as realizações de seu governo salientam-se: assinatura de um acordo com o presidente do Paraguai, para a construção da hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, que será a maior do mundo; aprovação do Programa de Desenvolvimento Ferroviário. Entre as implantações planejadas está a “Ferrovia do Aço” ligando São Paulo a Belo Horizonte, via Volta Redonda; lançamento, em Santa Catarina, do Plano Nacional de Incentivo à Produção Agrícola.

**ATIVIDADES**

Redação: a) O que eu faria se fosse presidente  
b) Realizações do atual Presidente da República.

**Figura 18:** Os presidentes da república de 1945 a 1971  
Fonte: ARAÚJO, 1972.

Observa-se na atividade proposta na obra a preocupação em exaltar a função de presidente da república e mostrando ao aluno que um dia ele também, caso se comporte, poderá também chegar a esse posto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, as nossas suposições foram sendo confirmadas ao longo da análise dos livros didáticos de História e dos discursos dos professores, tivemos a preocupação em abordar os conceitos inerentes ao livro didático, as suas vertentes de análise, a estruturação do ensino secundário brasileiro, as concepções de história contida nos livros didáticos da época e no discurso dos professores. Concebemos aqui por esta análise a escola como lugar de produção de conhecimento, a história das disciplinas escolares é analisada como parte da cultura escolar, e o livro didático é objeto fundamental nesse ângulo.

Os discursos aqui analisados partiram de uma concepção de história, narrativa, factual e política, a preocupação destes professores a época era de apenas transmitir o conteúdo ministrado, e o bom aluno era aquele que fixava e dissertava com mais clareza e precisão de detalhes. Os textos didáticos analisados confirmam essa concepção de história. Um ensino pautado na história como dona da verdade.

Percebe-se então que entre as décadas de 1960 e 1970 intencionava-se implementar a reconstrução da nacionalidade brasileira por meio do ensino de História e posteriormente dos Estudos Sociais, nesta extensiva reconstrução nacional propagou-se dessa forma o delírio patriótico.

Foi possível constatar também que em meados da década de 1960, mais precisamente 1968 os professores do Ginásio Estadual Marcos Parente utilizavam livros didáticos da década de 1950, estando entre os autores mais citados Borges Hermida e Joaquim Silva, somente no início de da década de 1970 começou a se utilizar livros produzidos pós-61, e mais tarde a aplicação dos Estudos Sociais em sala de aula. Isso se explica devido a dificuldade de se obter livros, tanto para os professores quanto para os alunos, preferindo o professor muitas vezes elaborar um resumo didático manuscrito ou datilografado, ou seja, quando se havia livros estes eram para os professores como suporte de pesquisa, vez por outra os alunos compravam, isso mostra que a COLTED e mais tarde o PLIDEF não foram eficazes quanto pretendiam ser.

Além disso, a avaliação da aprendizagem era concebida como algo mecânico, uma vez que nas provas analisadas, denominados testes, haviam-se apenas perguntas descontextualizadas e muitas vezes sem sentido, a quando se havia alguma questão objetiva a assertiva se referia a algum nome, fato ou data.

Na década de 1970 quando implantada a área de Estudos Sociais de início não foi posta em prática no Ginásio Estadual Marcos Parente, mas quando se houve a estruturação de

um órgão de fiscalização na cidade. O complexo escolar de Picos os professores precisaram se adequar chegando alguns dos entrevistados até ocupar o posto de coordenador da área de estudos sociais.

Desta forma, como negar a atrelação do estado ao livro didático? Como negar que a História se constitui ao longo do tempo como disciplina enfadonha e decorativa? Que os Estudos Sociais exercitavam uma ideologia de paz nacional e construção de heróis?

Sendo assim, o livro didático como objeto de pesquisa para história da educação é um instrumento riquíssimo para se compreender o ensino de qualquer disciplina em determinada época, de modo que por meio deste podemos compreender o discurso didático e historiográfico do período, o currículo, bem como outros fatores. É um objeto que carece de mais estudo, sendo que suas múltiplas vertentes ainda possam-se subdividir em diferentes olhares.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### a) Fontes

ARAÚJO, Diony de Godoy. **Estudos Sociais 6ª série – 1º grau**, São Paulo: Ed. FTD, 1972.

BRASIL, MEC, COLTED. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Coleção AEC) 3ª ed. Rio de Janeiro: 1968.

COSTA, Aída. **Admissão ao ginásio**. São Paulo: Editora do Brasil, s/d.

HERMIDA, Antônio José Borges. **Compêndio de História Geral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **História Geral: 4ª série ginasial**, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961.

\_\_\_\_\_. **História da América: 2ª série ginasial**, São Paulo: CODIL, 1961.

LOBO, Haddock. **História Universal** (volume 1), São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968

LEITE, Miriam Moreira. **O ensino de História no primário e no ginásio**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SILVA, Joaquim. **História Geral: Curso médio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil: 1ª série ginasial**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

\_\_\_\_\_. **História da América: 2ª série ginasial**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

### b) Entrevistas

BARROS, Inácio Baodoíno de. **Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa** em 17 de Abril de 2011.

ROCHA, Maria Oneide Fialho. **Entrevista concedida ao Higo Carlos Meneses de Sousa** em 15 de Novembro de 2011.

### c) Livros

ABREU, Márcia (org). **Leitura, História e História da leitura**: Campinas: Mercado das letras, 2000.

BALDISSERA, José Alberto. **O livro didático de História: uma visão crítica**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Cultural do Rio Sinos, 1993.

- BITTENCOURTT, Circe M. F. **Livro didático e saber escolar 1810-1919**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BURKE, Peter. **Variedade de História cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAIMI, Flávia Heloisa. **O livro didático e o currículo de História em transição**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- CHARTIER. Roger. **História cultural: entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**, São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A ordem dos livros**. Brasília: Ed. UNB, 1999.
- DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourrete**, São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DUARTE, Renato. **Picos verdes anos 50**. 2ª ed. Recife: Ed. Nordeste, 1995
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **O livro didático de História no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- FREITAG. Bárbara. **O livro didático em questão**, São Paulo: Cortez, 1989.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2002.
- GERMANO. José Wellington, **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez editora, 1993.
- GHIRALDELLI, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- HALBWACHS. Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALLEWEL, L. O. **O livro no Brasil: sua história**, São Paulo: EDUSP, 2005.
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**, Campinas. Ed. Unicamp, 2004.
- MASSON, Máximo Augusto Campos. **A Cades e a qualificação do magistério**. Rio de Janeiro: PROED/UFRJ, 1993.
- MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- MEIHY. José Carlos Sebe. **Manual de História oral**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org ). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. (org). **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

OLIVEIRA, J. B. A. **A política do livro didático**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

PAIXÃO, Fernando (org ), **Momentos do livro no Brasil**, São Paulo: Ática, 1998.

ROMANELLI, Otaíza, **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**. Campinas: Autores Associados, 2005.

#### **d) Teses e dissertações**

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e Conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. USP, 1993 [ Tese de doutorado]

CALIL, Rodolfo. **O ensino de História nas escolas secundárias brasileiras (1942 – 1961)** PUC – SP, 2010 [ Dissertação de Mestrado]

CARMO, Sonia Irene Silva do. **Entre a Cruz e a espada: o índio no discurso do livro didático de História**. USP, 1991. [ Dissertação de Mestrado]

CASSIANO, Célia. **O Mercado do livro didático no Brasil: do Programa Nacional do Livro Didático a entrada do capital espanhol (1985 – 2007)**. PUC-SP, 2007 [Tese de doutorado]

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A História da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático**. UNESP, 2000 [ Dissertação de Mestrado]

DAVIES, Nicholas. **O livro didático de História no Brasil: ideologia dominante ou ideologias contraditórias?** UFF, 1991 [ Dissertação de mestrado]

DEMORI, Maurício. **Livros didáticos e representações: a ideia de raças nos manuais de História do Brasil para o ensino secundário (1937-1947)** UNESP, 2000. [ Dissertação de mestrado]

FARIA, Joana Borges. **O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894-1931)**. PUC-SP, 2012.

FILGUEIRAS, Juliana. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. PUC-SP, 2011 [ Tese de doutorado]

HOFLING, Eloísa de Matos. **O Livro didático em Estudos Sociais**. Unicamp, 1981 [Dissertação de Mestrado]

KILSZTAJN, Izabel Aurora Branco. **História e Memória nos manuais didáticos**. UNICAMP, 1987 [Dissertação de mestrado]

KRAFZIK, Maria Luiza. **Acordo MEC/USAID – A comissão do Livro Técnico e do Livro didático – COLTED (1966 – 1971)**. UERJ, 2006 [Dissertação de Mestrado].

LIMA, E G. **As múltiplas leituras e visões de mundo nos livros didáticos de História**. Unicamp, 2004. [Dissertação de Mestrado]

LIMA, M. R. **Construção e validação de um instrumento para avaliação do livro didático de Estudos Sociais da 8ª série do 1º grau**. UFRJ, 1983 [Dissertação de Mestrado]

LOSANO, Andreia A. **Casanova, Os livros didáticos de História e a doutrina da segurança nacional**. Universidade Metodista de São Paulo, 2006 [Dissertação de Mestrado]

MÁSCULO, José Cassio. **A Coleção Sérgio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de História**. PUC-SP, 2008 [Tese de doutorado]

MOREIRA, Kênia H. **Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de História na região sudeste**. UNESP, 2006 [Dissertação de mestrado]

\_\_\_\_\_. **O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica**. UNESP, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. PUC – SP, 1997 [Tese de doutorado].

ORÍ FERNANDES, Ricardo. **O Brasil contado as crianças: Viriato Correa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)** USP, 2009 [Tese de doutorado]

PINTO JUNIOR, Arnaldo. **Professor Joaquim Silva, um autor da História ensinada no Brasil: livro didático e educação moderna dos sentidos (1940-1951)**. UNICAMP. 2010 [Tese de doutorado]

PINTO, Andréia Márcia. **A representação da mulher nos livros didáticos de História**. UFES, 2001.

PURIFICAÇÃO, Ana T. de S e C. **(Re)criando interpretações sobre a independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e história nos livros didáticos**. USP, 2002.

RESNIK, Luis. **Tecendo o amanhã: A história do Brasil no ensino secundário – programas e livros didáticos (1931 – 1945)** UFF, 1992 [Dissertação de Mestrado]

RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos. **O sistema de ensino ginasial e os livros didáticos**. UNESP, 2007 [Dissertação de Mestrado]

RIBEIRO, Renilson R. **Colônia(s) de identidades**: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Unicamp, 2004 [Dissertação de Mestrado]

RODRIGUES, J. **Memória em foco**: a fotografia no livro didático de História do Brasil. PUC-SP, 2004.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar** – Do grupo escolar Coelho Rodrigues ao Ginásio Estadual. UFPI, 2005 [Dissertação de Mestrado].

TOURINHO JUNIOR, Washington. **Do uno ao múltiplo**: teoria, subversão e sentidos no livro didático. UFMA, 2002. [Dissertação de mestrado]

VASCONCELOS, Maria Inêz B. **Liceu Piauiense (1845 – 1970)**: Desvendando os aspectos de sua história e memória. UFPI, 2007 [Dissertação de mestrado]

#### e) Revistas:

**Revista Foco**, Edição comemorativa 111 anos Picos nossa História, 2001.

#### f) Artigos

BITTENCOURT, Circe M. F. **Em foco: Produção e memória do livro didático**. In: Educação e pesquisa. São Paulo. V. 30 n° 3 set/dez, 2004

CARVALHO LOPES. Antonio de Pádua. **Formando elites condutoras**: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942-1971). s/d

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de Educação**. Anped, N° 1, pp. 9-44.

NUNES. Clarice. **O “velho” e o “bom” ensino secundário**: momentos decisivos. In: Revista Brasileira de Educação. Anped, n° 14, pp. 35-60.

PINTO, Diana Couto. **Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário**: uma trajetória bem sucedida?, s/d

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista de Estudos Históricos**, vol. 05, n° 10, 1992. P. 200-212.